



Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR
HENRIQUE GALVÃO
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO
F. ALVES DE AZEVEDO
 ADMINISTRADOR E EDITOR
ANTÓNIO P. MURALHA

SEDE
RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º
End. Telefónico: MINERVA
Telefone 24253
 PROPRIEDADE DA EMPRESA
PORTUGAL COLONIAL
 NÚMERO 53

PREÇO AVULSO
 Metrópole..... 3500
 Colónias..... 4500
 (ASSINATURAS)
 Metrópole (6 meses)... 18500
 Colónias (6 meses)... 24500
 COMPOSTO E IMPRESSO
 OTTOSGRAFICA LIMITADA
 Conde Barão, 50 — LISBOA

SUMÁRIO

A SEMANA DO CAFÉ COLONIAL	<i>Carlos Galvão</i>
O CAFÉ NO NACIONALISMO ECONÓMICO DE PORTUGAL.....	<i>Carlos Mantero</i>
CAFÉ DE ANGOLA.....	<i>M. de Mesquita</i>
OS CAFÉS PORTUGUESES NA EXPORTAÇÃO	***
PÁGINA LITERÁRIA — AVENTURAS DE CAÇA	<i>António de Aguiar</i>
O AROMA DO CAFÉ.....	<i>Ernesto Ferreira</i>
CARTAS DA ZAMBÉZIA EM ULO	<i>Francisco G. de Lacerda</i>
UMA CHÁVENA DE CAFÉ	<i>Ernesto Ferreira</i>
POLÍTICA DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DO CAFÉ NACIONAL.....	<i>António Maria da Rocha</i>
ASSIMILAÇÃO	<i>Nunes dos Santos</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>Giuseppe Bottai e ***</i>
IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS	***
NO ESTRANJEIRO.....	***
CRÓNICA DO MÊS.....	<i>Henrique Galvão</i>
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA	***

Semana do Café

Realiza-se em Lisboa de 14 a 20 do corrente, a 1.ª Semana do Café Colonial Português.

A «Portugal Colonial» que tem pugnado sempre pela conquista dos mercados portugueses pelo café português, faz votos para que desta or-

ganização resultem para a economia colonial tôdas as boas consequências que é legítimo esperar do nosso nacionalismo e do nosso bom senso.

Portugueses:

Prefiram os cafés coloniais.

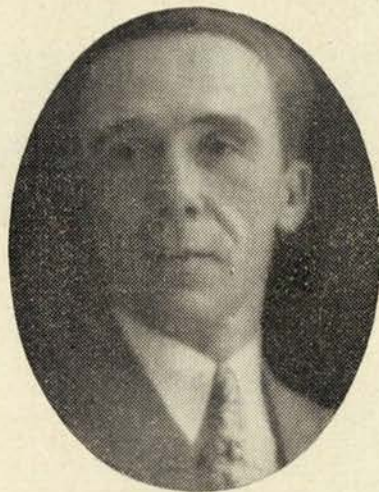
A Semana do Café Colonial

A «Semana do Café Colonial» não tem pretensões a acontecimento nacional—será no entanto, na política de aproximação da Metrópole com as Colónias, um facto digno de relêvo. É um passo modesto, como modestos são os meios materiais de que dispõe, entre o muito que será preciso andar para que se consiga a unidade económica do Império Português.

Poderá aos olhos de muitos parecer um simples episódio, sem antecedentes nem continuidade visíveis—pertence porém ao ritmo de um problema grandioso de política imperial, é fase de uma política mais restrita: a política dos cafés portugueses. ? ? ? ? ? . . .

Por circunstâncias várias é o mercado português invadido por cafés estrangeiros de tôdas as categorias, com manifesto prejuízo da economia da maior parte das nossas colónias. Nos saudosos tempos do livre cambismo esta concorrência não se fazia quasi sentir, porquanto os cafés portugueses passavam pelos nossos portos, muitas vezes só à vista das nossas costas, em rápida étape a caminho dos mercados

estrangeiros que os consumiam na sua quasi totalidade. Os tempos mudaram. Novas concepções do interesse económico das nações, com todo o seu cortejo de restrições e incompatibilidades—proteccionismos, preferências, contingentes e tantas outras dificuldades—foram pouco a pouco restringindo e anulando quasi as possibilidades de colocação dos nossos cafés nos



CARLOS GALVÃO

Organizador da Semana do Café Colonial

PORTUGAL COLONIAL

seus habituais mercados e tornando quasi impossível a conquista de outros. Assim se criou um verdadeiro problema para os cafés nacionais para cuja resolução é necessária uma política adequada.

O problema tem diversos aspectos. Uns que derivam de defeitos de origem: desorganização na produção colonial, deficiências de preparação para exportação, falta de fixação de tipos etc. que exigem uma acção demorada e disciplinadora, outros que não exigem para a sua solução mais do que medidas rápidas e práticas. Entre estes últimos avulta o do fraco consumo na Metrópole que pode, com uma propaganda intensa e bem orientada, ser rapidamente melhorado. A «Semana do Café Colonial» tem como primeiro objectivo abrir o caminho para este desejado aumento de consumo.

As possibilidades deste aumento vem sendo prejudicadas por várias razões: A concorrência dos cafés estrangeiros, o abuso das misturas e, sobretudo, a fraca generalização do uso do café que faz do nosso país um dos seus mais fracos consumidores. Todas estas deficiências pretende a «Semana do Café Colonial» atacar.

Há um certo e determinado número de verdades que se escondem ou se negam para justificar a permanência num estado de coisas que a economia da Nação exige que se transforme. Uma das verdades é a que originou e garante a eficiência da propaganda de que a Agência Geral das Colónias tomou a iniciativa: As colónias portuguesas produzem actualmente cafés que bastam ao consumo da Metrópole, tanto em qualidade como em quantidade.

Houve uma certa altura em que se lutava nos mercados portugueses com um deficit de cafés finos, necessários para a lotação dos cafés fracos. Isto justificaria até certo ponto que ao estrangeiro se fossem buscar os cafés finos que nos faltavam. Mas infelizmente esta circunstância não

foi mais do que um pretexto para se fazer vir de fora, em lotes de cafés estrangeiros, não só os finos como os fracos, de que temos uma superabundância de tão boa ou melhor qualidade do que os que de fora nos podem vir e a preços bastante mais acessíveis. Sucede porém que, já neste momento, pela maior afluência aos mercados metropolitanos dos cafés de Timor, a situação se transforme e o deficit desapareça. Há ainda uma razão de preço que é frequentemente invocada. De facto os nossos cafés de S. Tomé e de Cabo Verde são, pela sua grande procura, ainda bastante caros. Os tipos similares de cafés estrangeiros são na realidade bastante mais baratos do que elles. Mas nem uns nem outros são oferecidos na sua pureza ao consumo público. São-no sim em lotes, em que figuram como rectificativos de cafés fracos. Ora, sendo os nossos cafés fracos de Angola muito mais baratos do que os seus similares estrangeiros, os preços médios dos lotes nacionais ou estrangeiros equivalem-se. Nada justifica portanto que se mantenha na mesma escala a importação que se faz do estrangeiro. A «Semana do Café Colonial» demonstrará que é possível, usando exclusivamente genuínos cafés portugueses, constituir lotes que satisfaçam os paladares mais exigentes, a preços que não excedem os normais e com as necessárias garantias de continuidade.

No que respeita às misturas o aspecto do problema é bastante mais negro—tão negro como esses variados e inertes pós que como café se oferecem ao consumo público. É que são flagrantes os resultados da larga obra de preversão do paladar do consumidor que a benevolência das nossas leis tem permitido. Há que opor-lhe um trabalho intenso e prolongado de reeducação.

Apresentam-se razões de ordem económica e até de ordem higiénica para defender a conservação e talvez a maior di-

vulgação das misturas. Se as primeiras são atendíveis dentro de certas condições de preço—deixam de se-lo quando os preços das misturas equivalha ou supere o preço porque se podem vender os cafés puros de Angola—as que preconizam o uso das misturas como medida de higiene só em casos médicos isolados, que não devem ser considerados, podem ter cabimento. Contra os que defendem e pretendem generalizar tão tendencioso princípio apresentarei o caso dos países mais civilizados do mundo, como a Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda, Estados Unidos, etc. onde a higiene pública é mais cuidada e a mortalidade menor, em que o consumo de café por habitante é cerca de doze vezes maior do que em Portugal.

À limitação do emprêgo das misturas corresponderá automaticamente um aumento de consumo de café. A «Semana do Café Colonial», fazendo a propaganda dos cafés puros, iniciará a obra necessária de reeducação do paladar do consumidor e contribuirá para a melhoria de uma situação criada que, no entanto, só disposições legais adequadas poderão resolver definitivamente.

Resta-nos o aspecto mais triste do problema: o fraco uso do café que se faz em Portugal. Se, o do nosso país uma nação colonial produtora de café, o consumo por habitante é de cerca de 700 escassas grammas, quando na Dinamarca, por exemplo, esse consumo é de mais de 8 quilos. São talvez os escassos salários dos nossos trabalhadores a razão de tão limitado uso da bebida. Mas computando em 20 grammas um consumo regular e diário por pessoa, teríamos, utilizando para o cálculo um dos variados tipos de cafés de Angola, daqueles que os 150.000 europeus e assimilados ali consomem diariamente, uma despesa por indivíduo de cerca de 16 centavos diários, que todos os orçamentos domésticos poderiam suportar—a não ser

que por falta de receita o orçamento não exista. De um consumo diário tão exíguo resultaria para o país um consumo anual de cerca de 50.000 toneladas, seja cerca de três vezes e meia mais do que a produção de tôdas as nossas colónias. O nosso consumo actual é de umas escassas 5.300 toneladas, aproximadamente um terço da nossa produção colonial. Isto serve para dar uma idea das possibilidades de alargamento do consumo do café em Portugal e do quanto a economia das nossas colónias tem a lutar com tôda a propaganda que se faça neste sentido. Eis mais um objectivo da «Semana do Café Colonial». Talvez que ela se transforme em acontecimento periódico, se venha a repetir com frequência, dando à propaganda que é seu objectivo a permanência indispensável para lhe garantir o êxito.

Reüniu-se há poucos meses em Lisboa a Conferência Nacional do Café. O problema dos cafés portugueses foi nela discutido em todos os seus múltiplos aspectos. Pode dizer-se que sob o ponto de vista doutrinário se esgotou o assunto. Resta agora realizar tudo o que nela se preconizou. A «Semana do Café Colonial» é um primeiro passo nesse sentido.

CARLOS GALVÃO.

.....o.....

Bebam

Café de

TIMOR

O mais fino paladar
do Oriente

PORTUGAL COLONIAL

O café no nacionalismo económico de Portugal

POR CARLOS MANTERO

LANÇADO no torvelinho dos nacionalismos económicos, arrastado pela força de irresistível corrente, Portugal não poderá manter-se por muito tempo fiel à liberdade de Comércio Internacional, prêso à qual julgou levar de vencida a tormenta.

Os dias do comércio triangular estão contados. O comércio internacional já só pode ser bilateral. A decadência da liberdade de comércio entre nações tornando impossível uma economia internacional, fez convergir as preocupações dos homens de Estado e a actividade dos homens de negócio para a criação de economias nacionais exclusivas. Acima da salvação do comércio entre nações levanta-se, assim, a necessidade de salvar o comércio dentro da nação. Ao conceito vago e inconstante duma economia internacional opõe-se o conceito mais preciso e durável duma economia nacional.

O nacionalismo transcende das fronteiras da política para os domínios da economia. O nacionalismo nasce económico, ganha corpo político e, quando já formado, na plena força da consciência colectiva, domina totalmente a vida material das nações.

O nacionalismo é totalitário. Bom ou mau? Que importa, se é a consciência das nações que determina o fenómeno histórico! Melhor vale organizar as nações para uma intensa vida interior, contando com as realidades presentes, do que contrariar a história no efêmero afã de salvar passadas realidades.

O Império Português oferece uma rara possibilidade de nacionalismo económico perfeito. Pode dizer-se que o melhor daquilo que consome nele se produz ou pode vir a produzir-se. Quando o conceito da nossa Economia Imperial tiver achado expressão num sistema, e que acção preserverante o execute, veremos o Império brotar riquezas.

Não podemos impôr a outras nações os princípios do comércio triangular, mas podemos applicá-los às várias regiões do Império. O nosso poder não conta além fronteiras porque não pode exercer sanção, mas é absoluto adentro das nossas terras.

Este conceito nacionalista da nossa economia Imperial é completo; abrange a produção e o consumo. Queremos reservar para os produtos nacionais o potencial íntegro dos nossos consumidores, só admitindo partilhar com estranhos o consumo de bens que a nação não produza.

O Império importa centos de milhares de contos de artigos que nele se podem produzir, mas não consegue exportar centos de milhares de contos de produtos seus que não consome e aqui ficam a perder-se.

Desde muito o Império foi-se organizando para uma economia internacional, outrora opulenta, mas que a acumulação de mentiras levou à falência, que nos arruíne. Organizemo-lo agora, de novo, para uma economia nacional mais sólida, que nos dê a abastança perdida.

A especialização territorial terá de ser a base em que assente a nova economia Imperial. Cada região deve especializar-se na produção dos artigos que pode fornecer em condições relativamente mais favoráveis para os trocar por outros produzidos em idênticas condições favoráveis noutras regiões do Império. Assim, Angola produziria café que venderia em Moçambique e na Metrópole. A Metrópole forneceria tecidos a Angola em pagamento do café por ela vendido ao continente e à colónia de Moçambique, a qual, por sua vez liquidaria com a Metrópole vendendo-lhe assucar. Eis um exemplo de comércio triangular dentro do Império.

Mas para que este comércio triangular interno leve à maior troca de bens, que é essência da riqueza, indispensável se torna não permitir que o estrangeiro venha diminuir, com a venda de artigos seus, a capacidade de consumo, dos artigos similares nacionais numa ou noutra região do Império. Não carecemos de café estrangeiro na Metrópole ou de tecidos de algodão em Moçambique.

Só um sistema forte de economia Imperial poderá enriquecer a Nação e, criando a dependência económica das várias regiões do Império entre si, consolidar, à quem e além-mar, o poderio político de Portugal.

Café de Angola

POR M. DE MESQUITA

OS portugueses metropolitanos já sabem que Portugal possui um vasto Império Colonial. Refiro-me, é claro, aos portugueses de escassa ou nenhuma cultura que, infelizmente, ainda constituem a maioria da população.

Mercê das Exposições realizadas, das Semanas das Colónias e de uma intensa propaganda na imprensa e nas escolas, a Terra Portuguesa dilatou-se no espírito d'esses portugueses, adquirindo as suas reais proporções.

Portugal já não é apenas uma parte do Continente europeu, com um lindo rosário de ilhas próximas. É um grande Império que se prolonga desde a Europa aos confins do mundo.

Èsses portugueses ignoravam-no, não há ainda muitos anos.

Sabem também ser variadíssima e abundante a sua produção das mais diversas mercadorias, mas não fazem ideia exacta do valor dessas produções. Não-de aprender essas e muitas outras coisas, relativamente às possibilidades das nossas Colónias.

Hoje diz-se do café, bebida saboreada pelos portugueses, sem curarem da sua pro-

veniência, nem do que êle representa para a economia do País.

Nesta hora em que todas as Nações defendem ferozmente os seus mercados, reservando para as suas produções lugares de preferência defendidos por intransponíveis barreiras, do mesmo passo procurando colocar os excedentes nos mercados alheios com o mínimo de reciprocidade, — não deve ser-nos indiferente consumir a mercadoria estrangeira pondo de lado a nacional.

Porque—convençamo-nos bem disto—tão nacional é o produto do trabalho português nas Colónias, como o do trabalho metropolitano. Por isso a ambos devemos preferir— cá e lá.

Se a Metrópole pretende, aliás muito legitimamente, obter favores para a colocação dos seus produtos nas Colónias, deve corresponder com a sua preferência pelos que delas pode consumir, não pensando em os eliminar do seu mercado, como já tem sucedido,

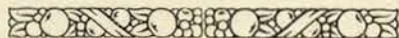
Não é demais insistir neste ponto, porque dêle tem andado arredados, e ainda andam, os portugueses metropolitanos.

É natural, é humano procurar ganhar o



S. TOMÉ

Terreiro da Roça Pinheira.
À direita e ainda à
esquerda senzalas dos
trabalhadores.



máximo. Mas esse máximo tem limites assinalados pela honestidade e pelo dever de todos os cidadãos contribuírem para a prosperidade da Nação. E a Nação Portuguesa—insisto—compõe-se da Metrópole e dos seus Domínios Coloniais.

Assim, entre um produto português e um similar de origem estrangeira, não é lícito hesitar—deve preferir-se o português, mesmo quando haja de sacrificar-se um pouco de lucro.

Eis como os portugueses metropolitanos devem proceder para com o café.



O café contribue grandemente para o valor das exportações das Colónias Portuguesas. Pode calcular-se, aos baixos preços actuais, em 60.000 contos o valor total do café português produzido em 1934. Esse valor corresponde a 12.000 toneladas de café de Angola e a 2.000 de café de S. Tomé, Timor e Cabo Verde.

Os cafés angolanos, na sua quasi totalidade da variedade «Robusta», são bastante mais baratos, que os das outras Colónias mencionadas, da variedade «Arábica». Estes, mais suaves e aromáticos, destinam-se a lotar com aquelles mais fortes e menos aromáticos.

A Colónia de Angola já começou a produzir cafés «Arábicas», que dentro de alguns anos atingirão volume apreciável na exportação, em valor e em quantidade.

Por outro lado as plantações de café «Robusta» vão aumentando em extensão e grande parte dos seus cafeeiros estão ainda longe do limite máximo da sua produção.

É de esperar, portanto, que a produção de café angolano aumente bastante, nas duas variedades referidas, podendo abastecer largamente os mercados nacionais e sobejando-lhe ainda um considerável excedente a colocar no estrangeiro.

Como é natural, Angola procurará servir primeiro os mercados nacionais e, entre estes, o da Metrópole.

O mercado angolano, uma vez debelada a crise martirizante que o afflige, poderá absorver grandes quantidades de mercadorias metropolitanas—e já hoje é um grande consumidor delas—e por isso é de esperar que a Metrópole lhe corresponda, comprando de preferência o seu café.

A Metrópole importou para seu consumo

em 1934, 6.491.545 kilos de café cujas origens a seguir se indicam:

Alemanha	2.097
Estados Unidos do Brasil.....	1.566.102
Angola	4.582.118
Cabo Verde	46.392
S. Tomé e Príncipe	284.163
Guiné	338
Moçambique.....	496
Timor.....	5.662
Outros países	3.977

Desta importação, foram exportados, depois de nacionalização, 1.195.886 kilos, o que reduziu o consumo a 5.295.459 kilos.

Se dividirmos esta quantidade de café pelos 6 milhões de habitantes que a Metrópole conta, encontramos uma capitação de 0,882 kilos, a qual nos coloca no extremo limite inferior dos outros países europeus.

Para se fazer ideia da diferença, apontamos a capitação em kilos do consumo de café em algumas nações:

Dinamarca	7,270
Suécia	7,130
Noruega	7,120
Bélgica.....	5,500
Holanda	4,890
França.....	4,500
Suissa.....	3,580
Alemanha	2,200
Áustria.....	1,260
Itália.....	1,180
Espanha	1,170
Grécia.....	1,040

O consumo do café nacional na Metrópole, pode aumentar bastante, se da parte dos seus habitantes houver uma boa compreensão do seu dever e do seu interesse.

Dever — porque lhes cumpre concorrer para o engrandecimento da Pátria;

Interesse porque as Colónias só poderão comprar as mercadorias da Metrópole, se esta lhe comprar as suas.

Angola á a grande produtora do café nacional; e é também o grande mercado para a Metrópole.

— . . . O . . . —
ERNESTO FERREIRA

LIMITADA

RUA DA MADALENA, 42

LISBOA

Os cafés portugueses na exportação

N^O momento em que se trata de chamar a atenção do país, sobre o aspecto grave que o problema dos nossos cafés coloniais assumiu, é interessante transcrever uma parte da tese do Sr. Emile Alleaume, apresentada na conferência nacional do Café, intitulada «Os mercados estrangeiros do Café».

É uma sucinta exposição sobre as possibilidades de exportação dos nossos cafés, actuais mercados, probabilidades de outros e razões de perda de alguns.

«Tratando-se neste capítulo da Conferência dos Mercados Estrangeiros, só posso mencionar, com o respeito que lhes é devido, os cafés muito finos de S. Tomé e de Cabo Verde cuja diminuta produção não pode dar logar à exportação e que são necessários ao consumo do país. Timôr que produz um quantidade bastante apreciável de café Arábica muito fino não difruta na Metrópole o logar que merece pelas suas óptimas qualidades de fineza e pureza de aroma. Como os melhores S. Tomé que fazem lembrar as boas qualidades dos Antilhas, da América Central ou da Costa Firme, o Timôr Arábica de primeira assemelha-se aos cafés finos Índias Holandesas e da Índia. Tem, pois, o seu logar marcado numa composição de cafés coloniais portugueses e em combinação com bons cafés sub-expontâneos de Angola, Novo Redondo ou Loanda e com os cafés de 1.^a de S. Tomé Arábica. Fornecido o consumo nacional, o que sobra deste café de Timôr continuará a ser absorvido pelos mercados mais gulosos do café oriental fino.

A característica quasi geral dos cafés de Angola é de serem neutros e bastante ricos em caféina, o que permite, em razão mesmo do seu pouco aroma e da sua força, acrescentá-los aos cafés neutros de «pouco nervo» para constituir a tal plataforma de que ha pouco falei. Empregados novos, ainda ácidos, quando sem acridade, formam também bom fundo para cafés de alto aroma já velhos.

Estas características abriram mercados aos cafés de Angola que conseguiram conquistar um certo logar graças à persistência dos exportadores de Lisboa que no princípio tantas dificuldades encontraram por causa da incer-

teza em que estavam de poder abastecer regularmente os consumidores com qualidades certas.

Apezar dessas dificuldades abriu-se o mercado americano para onde foram reexportados:

Em 1930.....	4.710 sacos
Em 1931, 1932 e 1934 (cada ano) cêrca de.....	20.000 "
Em 1934.....	49.210 "
Em 1935 (parte).....	15.980 "

mas estes resultados só poderão ser obtidos, apesar da severidade da legislação dos U. S. A., pela rigorosa selecção e classificação dos lotes pelos reexportadores e à custa de muito trabalho.

Esperamos que este mercado nos será conservado e que poderemos continuar na nossa laboriosa faina de exportar para os U. S. A. que ficam sendo — com riscos grandes, é verdade — o mercado que mais possibilidade nos oferece.

Na Holanda, na Alemanha e também na Bélgica tínhamos há mais tempo conseguido a colocação dos cafés de Angola. Porém, as dificuldades económicas e financeiras da Alemanha levaram este país a importar cafés sómente por troca directa com mercadorias da sua exportação. A este procedimento se deve o aumento das entradas de cafés do Brasil no ano passado e a insignificância das nossas exportações para a Alemanha. E mais, ainda temos que sofrer um ricochete da referida medida, que também é aplicada aos cafés das Índias Noerlandesas de forma a que o mercado holandês se vê submergido por uma excessiva afluência de café Robusta das suas colónias. Esta consequência indirecta e a qualidade deficiente do Amboim e Novo Redondo da última colheita, fizeram-nos perder muito terreno nos Países Baixos, que custará bastante a reconquistar. Em Antuérpia as portas serão fechadas ou entupidas pela corrente crescente dos cafés do Congo.

Em França a aceitação dos cafés de Angola era já boa quando as nossas relações comerciais foram interrompidas. É um mercado de grande consumo e muito perto, onde anualmente deveríamos poder colocar de 25 a 35.000 sacos de café de Angola se se po-

dessem remover as dificuldades que no-lo fecham neste momento.

Na Scandinávia, são necessárias licenças de importação e essas avaramente distribuídas.

Na Itália, apesar dos muitos esforços não tínhamos ainda conseguido uma aceitação razoável quando as dificuldades financeiras a levaram a contingentar aos 40% das quantidades do ano passado, as quantidades cuja importação será autorizada este ano.

A Polónia tem acôrdo comercial com o Brasil, dando por isso preferência aos cafés deste País.

O país visinho, a Espanha, onde com certeza teriam boa aceitação e colocação os nossos cafés coloniais, está-nos fechado por falta dum tratado de comércio.

Está pôsto na mesa o problema da colocação dos cafés existentes nos Entrepósitos e dos da colheita que se aproxima, mas tenho confiança em que a actividade dos negociantes de Lisboa saberá salvar o seu mercado e continuará a ajudar pela sua franca colaboração os produtos coloniais.

Poderia ainda falar-vos, meus Senhores, de vários centros de distribuição que reparam o café para o consumo na Europa e no mundo. Estas praças não têm, porém, qualificação de mercados e seria, portanto, sair do programa que me foi dado. Todavia, junto ao presente texto uma tabela do consumo do

café no Mundo, extraída da Revista do Departamento Nacional do Café do Rio de Janeiro, pela qual podereis fazer uma ideia da posição actual do consumo mundial.

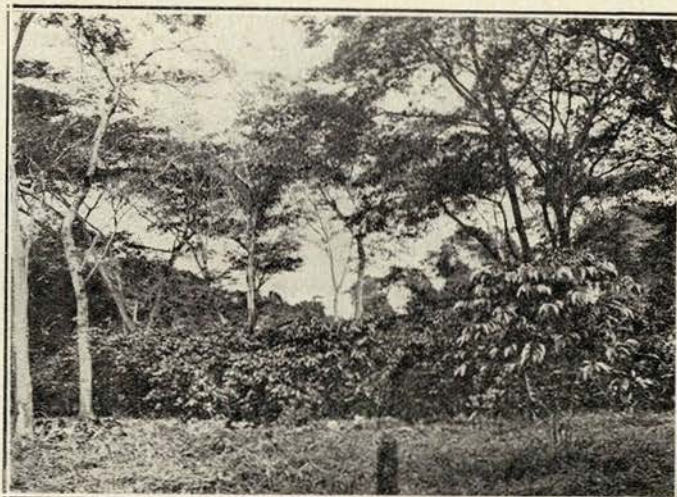
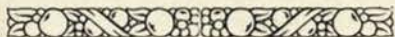
CONSUMO DE CAFÉ

PAÍSES	População (Milhares)	Consumo (Em toneladas)			Consumo em quilo (por ca- beça)
		1932	1931	1932	
Dinamarca	2.565	32.236	26.168	8,18	
Suécia	6.160	52.800	38.600	7,42	
Noruega	2.825	18.279	15.677	6,02	
Bélgica	9.050	56.500	49.560	5,86	
Estados Unidos	124.625	786.000	675.000	5,86	
Holanda	8.120	41.000	39.000	4,95	
França	41.835	193.975	186.888	4,56	
Suíssa	4.105	15.486	20.031	4,53	
Finlândia	3.700	14.039	13.565	3,74	
Malta	300	90	115	3,40	
Alemanha	64.900	155.623	129.600	2,20	
Argentina	11.800	22.931	17.560	1,71	
União do Cap.	8.200	14.355	11.160	1,55	
Canadá	10.500	14.100	13.900	1,33	
Áustria	6.750	9.576	7.504	1,26	
Uruguay	1.940	2.400	2.400	1,24	
Chile	4.400	5.400	5.400	1,23	
Algéria	6.620	7.900	7.700	1,18	
Itália	41.600	43.800	40.800	1,02	
Tcheco Slováquia	14.850	15.100	15.200	1,02	
Espanha	24.200	26.409	22.107	1	
Grécia	6.650	6.560	3.780	0,70	
Portugal	6.300	5.040	3.780	0,70	



ANGOLA

Aspecto de uma plantação
cafeeira





Página literária

NO dia seguinte acordámos cedo, dedicando-nos logo à ordenação do material rolante que na pressa da noite fôra arrumado ao acaso.

Breve verificámos ser impossível o avanço imediato, como era nosso desejo.

A carreiteira, largado o lamba e a caminho do Caviva, entrava a descer para uma baixa interminável que forçoso seria atravessar e onde a lama ameaçava engulir a nossa impedimenta.

Os carreiros aqui e ali sondavam o terreno enterrando os cabos dos chicotes no chão, verificando a impossibilidade de seguir o treque sem que um dia de sol daquêlê cacimbo que começava, apertasse a terra turfososa, impregnada de água.

Ou isso, ou cobrir cêrca de oitocentos metros do trilho com um revestimento de troncos e ramagens... sem garantia de sucesso.

Resolvemos esperar que o sol nos tirasse de dificuldades e ocupámos o tempo em conversas com os séculos das cercanias que vieram admirar o trem, saber do que nos levava a deslocar com tanta tropa... e pedir «mata-bicho».

Do livro inédito

“AVENTURAS DE CAÇA”

de ANTÓNIO DE AGUILAR

PREMIADO NO CONCURSO DE LITERATURA COLONIAL

transcreve-se um trecho

Ao cair da tarde ia grande azáfama no acampamento.

Os carreiros em cima das boleias dos carros, outros empoleirados nas guardas, volteavam os chicotes por cima da cabeça, fazendo estalejar a pita em crepitações secas e agudas como tiros de pistola.

Chamavam assim as espanes que já badalavam as chocas e enchiam o mato de sons cavos, solornos e cadenciados, aproximando-se de nós numa barulhada confusa de mugidos e grossa tropeada.

Os carregadores juntavam lenha ao redor das fogueiras onde grandes troncos secos se desfaziam em cinza branca, encabeçados pelos topos esbraseados.

As mulheres iam e vinham num formigar contínuo, sobraçando molhadas de lombí ou carregadas com enormes quindas repletas de cará.

Choviam as chufas e os dichotes: a maturagem divertia-se com aquêlê findar de dia farto, preparando-se para as intermináveis palestras da noite.

Já cacimbava.

E no meio do acampamento, encostado ao

nosso chingue, com as pernas estendidas, o maroto do cozinheiro cabeceava, a bôca coberta de moscas, destilando a grande bêbeda do dia.

O sol tombou bruscamente; num momento a noite envolveu-nos quando ainda os carreiros se esganiçavam numa gritaria medonha esmoucando os bois mais ariscos com os chí-queis para os amarrarem às cangas.

O gado ficaria assim durante a noite, pronto a ser cangado a todo o momento e seguro contra qualquer ataque estranho.

Pouco a pouco tudo foi serenando. Só se ouviam as vozes dos negros enfronhados nas palestras sem fim, um ou outro mugido abafado e a melodia triste dos quissanges.

Com o decorrer das horas, o céu foi clareando, desfazendo-se em estrêlas.

Uma luz suave penetrou o mato brandamente, esboçando o contôrno das coisas.

A floresta tomou então aspectos verdadeiramente fantasmagóricos, que nos prenderam em contemplação.

Era um mundo novo que surgia como por encanto, deixando mais adivinhar que perceber. Verdadeiro país do sonho e da ilusão, os esguíos ólumués esbatidos pareciam árvores simbólicas, as mutatas formavam macissos de sombra irrompendo do capinzal prateado.

—Até apetece dar um giro...

—Se calhar, atalhou o meu companheiro.

Mais para lá, a claridade quebrava-se abruptamente. Surgia o muchito com a sua escuridão perpétua onde, de vez em quando, grandes fachos luminosos punham um resto de luz dourada...

—Temo-la tramada...

Era então que os bois queriam arrebentar as píarças, os cães uivavam baixinho, trémulos, procurando encostar-se às nossas pernas, enquanto os quissanges emudeciam e o marulhar das conversas se perdia naquele encanto de noite.

E nós próprios sentimos um estranho tremor invadir-nos; as mãos virando automaticamente a patilha da Mauzer... parecia que tocavam gelo!

Mas naquela quietude exquisita em que se percebia nitidamente o piso cauteloso da fera sôbre a folhagem sêca, um canto estranho elevou-se, ao princípio calmo e gutural, depois animado, irritado, mas claro, numa voz harmónica e potente, toada heróica como uma marcha de guerra!

Era Bruaia, o grande caçador, que presentindo o inimigo, temível atirava-lhe o seu desafio!...

Aquêlê cântico era segrêdo seu; o esconjuro com que afastava o rei da selva sempre que êle se atrevia a empecer consigo.

E dizia-lhe que não o temia. Que êle, lião, era só lião para as cabras, para os pobres bambis e golungos. A grande façanha que lhe conhecia era a de ter apanhado um rato... e a dormir!

Formidável, o velho Bruaia.

«—Afasta-te covarde, miserável comedor de ratos!

«Aqui está um homem que te dará a morte como se dá ao mais ínfimo macaco!

«Saí do meu caminho, que eu sou o caçador invencível!

«Com êste jábite atrir-te-ei o crâneo, porque é por êle que eu quero beber o meu chimbombo...».

E o valente caçador «invencível», continuou largo tempo, insultando a fera que nos espreitava, lançando-lhe os maiores vitupérios.

Na verdade o seu cântico quebrou o encantamento... do mêdo.

Mal terminara o terrível esconjuro, rebentou uma tempestade de griteiro, chocalhar de latas, assobios, tiros... muitos tiros dirigidos às estrêlas...

Os insultos e as vaias choviam sôbre a fera em côro:

—Cão, mabeco, covarde: foge que te comemos...

—Havemos de fazer churrascos da tua carne...

—Da tua pele hei-de fazer um chingúio...

Mas o entusiasmo atingiu o delírio quando para lá do rio, já na quebrada da serra bem distante, a fera, como por desprêso ou ameaça, lhes atirou um uivo prolongado seguido de dois mais curtos, breves e sacudidos.

—Olha... olha o covarde como foge... anda cá...

Já os mais afoitos corriam mato fora atirando pedras ao vento, quando, sentindo o perigo afastado, nos recolhemos.

ÊSTE NÚMERO FOI VISADO

PELA COMISSÃO DE CENSURA

O AROMA DO CAFÉ

Tese apresentada na Conferência Nacional do Café
pelo EX.^{MO} SR. ERNESTO FERREIRA

HÁ já mil anos que o fruto do caféseiro é conhecido da humanidade, e vão decorridos alguns séculos desde que a sua perfumada e saborosa infusão começou a fazer os deleites dos amadores, cujo número foi constante e progressivamente aumentando, a despeito das proibições e restrições de ordem religiosa e administrativa, em algum tempo.

Diz-se ter sido da Abissínia e Sudão que a famosa rubiácea irradiou para as regiões inter-tropicais da África equatorial, Arábia, Índias e Américas Central e do Sul, onde ela encontra as condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento e produção.

Dado o grande número de variedades de cada uma das três principais espécies de caféseiros; *Arábica* — *Líberica* e *Robusta*; as diferenças de condições mesológicas na extensíssima zona da sua cultura; e os diferentes processos de cultura e preparação; pode imaginar-se o sem número de qualidades e tipos de cafés que se produzem e acodem aos principais mercados mundiais da Europa e América, e a dificuldade que devem ter os *torradores de café* para, entre tantos, escolherem os que melhor se adaptem aos seus lotes, de maneira a satisfazerem as exigências várias da sua variada clientela.

É facto que nesses grandes mercados, e nomeadamente no de New-York, encontram os comerciantes e torradores um valiosíssimo auxílio nos *peritos classificadores*, para apreciarem as qualidades dos cafés, já em crus ou torrados, já na própria chávena, e fazerem as respectivas classificações. Essa apreciação vai desde a determinação da origem, safra, aspecto, côr, preparo, forma, tamanho e tipo nos cafés crus; e das qualidades e nuances na torração; até à côr, corpo ou consistência na infusão, e à delicada e subtil apreciação na *prova de chávena*: sabor, aroma e bebida.

Para se avaliar até onde chega o detalhe e a minúcia dessas apreciações, basta verem-se os números de especificações estabelecidas para algumas dessas descrições:

Côres e tonalidades do grão	mais de	50
Formato do grão	" "	40
Preparo do grão	" "	25
Qualidades na torração	" "	30
Corpo da chávena	" "	15
Prova da chávena	" "	100

Não há entre nós *peritos classificadores* que facilitem com as suas indicações a preparação dos cafés, mas também não há nenhuma comparação entre os inúmeros tipos e qualidades com que se trabalha nesses mercados e no nosso, e, assim, suprimos a sua falta com a prática dos comerciantes e industriais que trabalham os cafés, e al-

guns há que são verdadeiros peritos, pelo menos para uso próprio, tal é a sua familiaridade com as diferentes propriedades dos cafés que veem ao nosso País.

Julgamos, porém, não ser inoportuno fazer algumas indicações sobre as características dos cafés. Assim, um café de boa qualidade deve ter os bagos cheios, inteiros, iguais, limpos, bem secos e duros, sonoros quando se deitam sobre um corpo duro; polidos, difíceis de quebrar com os dentes, duma côr franca e uniforme, dum cheiro aromático agradável e gôsto herbáceo, sem acidez.

Consideram-se pelo contrário como de qualidade mediocre ou inferior, os cafés que contêm uma proporção sensível de bagos defeituosos, quer dizer, esmagados, quebrados, brancos ou negros. Há ainda os cafés defeituosos e avariados, quer o sejam por avarias de transporte e causas accidentais, quer por vício de origem, quer por colheitas em más condições, quer por imperfeição ou falta de cuidado na sua preparação, secagem e beneficiação; é nesta categoria que são de receiar os cafés ardidos (fermentados) dos quais um único grão basta para prejudicar o sabor de 50 gramas do melhor café.

Tôda a atenção é pouca para os perigos dos cafés *cheirões*, cujo cheiro e gôsto fétido os tornam absolutamente impróprios para consumo, e que chegam, por simples visinhança, a comprometer os sãos e bons cafés; essa atenção deve ser tanto maior, porquanto há cafés com aspecto de finos, e que possuem, aliás, êsse gravíssimo defeito, e assim muito fora das *escolhas* onde mais vulgarmente se receiam e encontram.

Há tôda a vantagem em não consumir os cafés no próprio ano da sua colheita, pois não só não torram bem, como não se prestam a uma boa preparação, devido à viscosidade que possui o bago. A demora de um ou dois anos seria muito conveniente para que o café ficasse completamente sêco, e tivesse perdido a sua agrura, e adquirido uma espécie de maturidade.

O café, como os vinhos e licores ganha em envelhecer; não se leve porém esta indicação ao exagero, porque se há cafés que poderiam aproveitar com o envelhecimento de alguns anos, como os escuros e ásperos, outros, os claros e os suaves, pelo contrário, começariam no fim de dois ou três anos a sofrer uma perda nas qualidades.

É ainda a prática o melhor ensinamento para êste, como para tantos outros casos.

Escolhidos os cafés convenientes, dentro das categorias desejadas, é indispensável que se não poupem estudos e ensaios dos diversos tipos e qualidades, que habilitem a preparação de lotações em que cuidadosa e inteligentemente se aproveitem e combinem as suas diferentes e até opostas características, de molde a atingir-se as condições essenciais dum bom café: *suavidade de sabor; fragância de aroma; força e conservação; intensidade de côr e en-*

corpamento, e essa lareia é tanto mais facilitada, por quanto, dentro dos cafés das colónias portuguesas, nós encontramos todos aqueles de que necessitamos para alinhar esse desideratum.

É de aconselhar nas lotações dos cafés, e sobretudo dos bons cafés, a combinação de um número regular de qualidades, até nas da mesma origem, já porque desse conjunto resultará uma mais apreciada bebida, já porque quando num dado momento não se possa obter ou se queira substituir qualquer delas, não seria tão notada a sua falta na mistura, como se esta fôsse apenas de duas ou três.



Estabelecido que é entre os paralelos 24º Norte e Sul de latitude, que está situada a zona própria para a cultura do café, nós vamos encontrar as colónias cafézeiras do nosso vasto Império Colonial distribuídas dentro dela da maneira mais diversa:

S. Tomé a 0º, ou seja propriamente no Equador;
Timor a 9º Sul;
Cavo Verde a 15º Norte;
Angola entre 5º e 18º Sul, e ainda Moçambique entre 10º e 26º Sul.

Quanto à longitude, são também apreciáveis as diferenças de localização:

Cabo Verde 24º Ocidental;
S. Tomé 6º Oriental;
Angola 12º a 24º Oriental;
Moçambique 30º a 40º Oriental;
Timor 126º Oriental.

Considerando agora essas diferenciações de latitude e longitude e ainda as condições de clima, natureza do solo e altitude, já entre as várias colónias entre si, já dentro de cada uma delas; a diversidade das espécies cultivadas e das suas variedades; e ainda os diferentes sistemas de plantação, colheita e preparo, compreende-se bem como as nossas colónias nos podem oferecer, e oferecem, cafés dos mais variados tipos e características, cujas qualidades vão desde as *correntes* até às verdadeiramente excelentes, que não receiam o confronto com a grande maioria das de maior reputação mundial.

Mas não é apenas variedade de tipos e qualidades que elas nos oferecem; dão-nos ainda a par da quantidade mais do que suficiente para as necessidades do nosso consumo, uma apreciável diversidade de preços, permitindo assim a combinação de qualidades, e preços, desde os mais finos e apreciados de S. Tomé, Cabo Verde e Timor (que depois duma ausência de muitos anos apareceu novamente no mercado), até aos já valiosos Novo Redondo, aos mais correntes de Angola, e ainda a preparação de toda a espécie de lotes, necessários para a satisfação de todos os paladares, e para a possibilidade de todas as bôlsas.



Pôsto isto, e dada a situação de crise da nossa agricultura colonial cafézeira, não faz sentido o uso exagerado que se tem feito, e está fazendo, do café estrangeiro.

A sua importação que outrora foi tão modesta, tem ido gradualmente atingindo proporções que são de molde a afectar imensamente a produção nacional. Assim, e observados os números estatísticos, verificamos que a média anual que no período de 1912/1921 foi de 8.000 sacos, passou em 1922/1930 a 22.000, e em 1931/1934 a 32.000 sacos! Quer dizer: num período de 23 anos importámos do estrangeiro mais de 400.000 sacos de café!

Nós sabemos que houve que se recorrer ao café

estrangeiro quando escassaram os cafés finos nacionais, mas sabemos também que o que num dado momento representou uma necessidade, se transformou por razões várias, numa conveniência e num negócio.

Mas por ventura, e desde que foi a falta de cafés finos que forçou a procura do estrangeiro, foram cafés finos que se importaram?

Sendo o café do Brasil o que, por circunstâncias pautais e de relações e intercâmbio, quasi na totalidade se tem importado do estrangeiro, por ventura lá fomos buscar os seus cafés suaves e finos, porque os tem e bem superiores nos seus estados de S. Paulo ou de Minas?

Muito pelo contrário; fomos, salvo raríssimas excepções que não pesam, buscar os Rios, os menos recomendados para finos, e nem mesmo dos melhores tipos dessa proveniência, mas tanta vez o do tipo 7, aquele que precede imediatamente o mais baixo (tipo 8) cuja exportação o Brasil muito inteligentemente autoriza!

É tanto mais para lamentar essa errada orientação de compra, porquanto se foi abastardar o paladar do consumidor, fornecendo-lhe um café com o típico e característico cheiro e gosto rançoso, e que figura nas classificações dos peritos como: *gosto duro e Rio (riotado)*; *gosto típico Rio (fenicado, iodofórmio)*.

Arripiemos pois caminho, para bem da nossa economia, para bem do paladar do consumidor, e para bem até do almejado aumento do consumo, e se, a-pesar-de tudo, se reconhecer necessária ainda a importação, saibamos pelo menos escolher e preferir para ela os *bons cafés*, para com eles podermos *bem servir*.



A superioridade duma infusão de café, não é porém obtida apenas pela das qualidades que entram na composição do respectivo lote, mas também, e em muito, pela maneira como os vários cafés sejam torrados.

Os gostos da clientela sobre o ponto de vista do grau de torração são, porém, muito variados. Há a que prefere os cafés duma torração moderada, e há a que só considera bons os cafés negros, com um princípio de calcinação, que comunica à bebida uma acidez e acre especial que, aliás, por certos bebedores são tomados como representando força do café. Há, no caso dos cafés torrados, gostos para café baixo, sem lustro, e há-os também para os cafés brilhantes, embora este brilho obrigue a uma torração exagerada, com todos os inconvenientes que desta advirão para o aroma e paladar do café, e para a sua boa conservação. É facto que esse brilho pode ser obtido por artifício, mas corre-se o risco de, conforme os ingredientes empregados, comunicar à bebida um aroma e qualidades gostativas, que comprometam e prejudiquem as verdadeiras características do café.

Na torração, pois, está a virtude ainda no meio termo: nem tão insuficiente, que o café não tenha obtido a coloração e volume necessários nem chegado a desenvolver os óleos aromáticos essenciais que lhe encerra, não permitindo assim o desprendimento da Caféina, e a transformação completa do cafetanato em *Caféona*, óleo essencial que comunica ao café o seu delicioso aroma, força e delicado perfume; nem tão avançada, que faça volatilizar os princípios solúveis que dão ao café as suas excelentes qualidades sápidas, e que cosendo a *Caféona* iria comunicar ao café torrado o cheiro e gosto de óleo cosido, e à infusão gostos mais ou menos pronunciados, desde a simples acidez até à impressão repulsiva das bebidas de aspecto e cheiro gorduroso e rançoso. Depois, e no caso da torração excessiva, resultam além dos inconvenientes citados, uma maior *quebra*, o que representa

um prejuízo apreciável, e ainda uma duração mais reduzida da conservação do café.

Não basta, porém, que a torração seja cuidada, e que a cada uma das qualidades de café seja dado o grau que lhe convém, e que tanto varia de tipo para tipo. É indispensável que os aparelhos sejam aperfeiçoados, de forma a obter-se o melhor café nas condições mais económicas. Os aparelhos modernos e perfeitos oferecem um sem número de vantagens:

Torram com uma grande rapidez, e está reconhecido que a rapidez é condição essencial para a obtenção de força, sabor mais fino, e bom aroma do café; e ainda para a melhoria do aspecto, pelo melhor desenvolvimento do bago, além das vantagens do maior rendimento do aparelho, e economia de combustível e mão de obra;

Separam e eliminam, desde o princípio da torração, as impurezas leves, poeiras e películas, que, se assim não fôra, se carbonisariam, transmitindo ao produto um sabor amargo; e permite ainda que a acidez e os vapores amoniacais vão saindo do aparelho à medida que aparecem, deixando assim de comunicar ao café o seu desagradável sabor empíreumático;

Aproveitam uma maior percentagem já da caféina e do caramelo, já de óleos essenciais, o que é importante para a força, bom paladar e aroma, sabido que este é tanto melhor quanto maior for a percentagem aproveitada de *Caféina*;

Torrando não a fogo directo mas a ar quente, evitam as manchas resultantes do contacto do bago com a chapa aquecida, e que tanto prejudicam o café, pela carbonização que elas representam, e dão ainda uma menor percentagem de *quebra*, o que é apreciável pelo lado económico;

Conjugados como são com arrefecedores perfeitos, permitem a fixação rápida do café no ponto desejado, evitando assim que uma vez saído o café do aparelho, continue a tomar cor pelo seu próprio calor, com prejuízo do peso e da volatilização dos seus princípios aromáticos, pela perda de *Caféina* e *Caféona*.

Vai longe o tempo em que cada estabelecimento de mercearia tinha o seu aparelho torrador próprio, primitivo como o eram quasi todos então, e que aliás satisfiziam as exigências do consumidor, enquanto não apareceram outros mais perfeitos, cujos resultados passaram a ser devidamente apreciados, e afiraram para o ferro velho esses respeitáveis precusores.

Hoje, se exceptuarmos algumas casas especialistas na venda de café ao público, que possuem torrefacções próprias e perfeitas, recorrem os estabelecimentos à indústria de torrefacção (que tão desenvolvida está pelo país inteiro), já para mandar torrar os cafés em grão, já para aquisição dos cafés moídos ou torrados. É de facto mais prático, já porque os aparelhos modernos seriam impraticáveis para muitos casos, devido ao seu elevado preço, já pela carência de local para a sua instalação e funcionamento, e até porque a falta de pessoal devidamente habilitado para a torração, poderia comprometer o bom resultado dessa operação.

É claro que à casa que zele o seu bom nome, e até o desenvolvimento da sua venda de café, se impõe uma *escrupulosa escolha na torrefacção* a quem confie o seu café para torrar, ou a quem faça as suas compras de moídos e, melhor ainda, dos torrados (e tantas há em quem pode confiar, já pela perfeição do trabalho, já pela correcção de processos), podendo assim mais facilmente satisfazer uma condição essencial ainda para um bom "café": *torração sempre recente*. Não exijam porém torrações baratas, nem milagres na redução das quebras, e, já agora que se reclamam torrações à Brasileira, à Espanhola, etc., peçam-

CARTAS DA ZAMBÉZIA EM ULO

DE P. GERARD

QUASI no fim da última obra do saúdoso escritor Brito Camacho, "Contos Selvagens", conta este com a sua conhecida "verve", um caso passado com um conhecidíssimo, e já falecido caçador de leões, Victor Linder, que durante mais de 3 décadas, viveu nos subúrbios de Quelimane, e com quem, mantivemos sempre a boa amizade, apesar da vil intriga local e que como nós, fizera parte das campanhas da Maganja da Costa, 1896, e Barue 1902.

Diz ter morto mais de 20 leões, e narra, o caso ocorrido, por lódos do seu tempo conhecido, dum seu serviçal com um leão, que deparára no caminho por onde seguia.

Isto, e porque, recordando o passado, é viver duas vezes, sugere-nos a ideia, de narrarmos alguns interessantes episódios da sua vida.

Linder foi um dos mais arrojados e destemidos caçadores, que têm pisado esta terra da Zambézia, tendo tido, a vida em graves perigos, por algumas vezes.

Abateu cerca de 100 elefantes, muitos leões, tigres, toda a qualidade de caça com que deparava, enquanto a vista, e a carga dos janeiros lho permitiu. Muitas vezes nos disse, que se tivesse boça para escrever, das suas notas teria feito, um interessante volume cinegético.

Amava tanto a Zambézia, que se naturalizou cidadão português. Nós que muito bem o conhecíamos, asseveramos, que na sua hora derradeira, desejaria antes ter visto, a exuberante vegetação dos seus palmares, do que os pináculos nevados, da sua terra, a Suíça.

Não sabemos na realidade explicar, que encantos, quindins, atrativos, encerra esta, para nós tão querida Zambézia, para a si atrair todas as pessoas que a pisam, e que por ela se deixam enfeitiçar.

Há sem dúvida qualquer misteriosa atração, que eu não sei explicar, nem mesmo dizer, se com outras terras de África, se dará idêntico facto, mas creio bem que sim, e julgo não errar.

Pelo grande amor que lhe temos, se nela vivemos há mais de 4 décadas, achamo-la superior a todas, de todas a mais linda, encantadora, e bela.

Os que para a Zambézia vêm trabalhar, são fortemente impressionados na sensibilidade da sua alma, pelo exotismo misterioso, que em si contem, a ponto tal que não lhe conhecemos congénere.

-lhe simplesmente uma honesta e boa torração à Portuguesa.

Não é demais aconselhar quanto à *moagem*, que é indispensável que esta seja feita a par e passo com as vendas do produto, sabido como é que uma vez moído, o café vai perdendo constantemente o seu delicioso perfume, sendo até o ideal para a excelência de um "café", que a moagem fôsse feita no próprio momento de se preparar a infusão. É ainda da maior conveniência a adopção de moinhos que, mesmo com sacrificio do rendimento, produzam o mínimo do aquecimento das mãos, evitando assim que o café aqueça demasiadamente, com prejuízo das suas propriedades aromáticas.

Para provar o que dizemos citaremos alguns factos: a uma alta individualidade, que na Zambézia passou o melhor tempo, da sua tão gloriosa carreira militar, onde prestou relevantes e inolvidáveis serviços, cujo nome jamais será esquecido, e que na história da Zambézia, ocupa o primeiro lugar, várias vezes lhe ouvimos dizer, que desejaría acabar os seus dias num luane (propriedade) dos subúrbios de Quelimane.

A um outro, falecido no oriente, no desempenho do seu elevado cargo, numa das suas últimas cartas dizia-nos: "—Você não calcula as saúdaes que tenho dessa linda terra, não desejaría morrer, sem ahí voltar.

E para que citar mais casos... basta dizer que, se alguns dos leitores, já cá tiver vindo, que saúdaes, não lhe irão na alma, por não poder tornar a ver esta tão encantadora terra que a todos atrae, prende e cativa.

Victor Linder, cuja saúdae, sempre nos acompanhara, era dotado dum espírito alegre, olhando bem as cousas da vida, encarando as suas contrariedades, pelo seu verdadeiro prisma, um tanto ou quanto á sua moda, digamos mesmo. Tinha dítos com muito espírito, e graça, a propósito de qualquer cousa, contava a sua anedota, e quem dêle se acercasse não podia estar triste.

Falava e escrevia o português com muita correção. Grande fumador, não largava o seu cachimbo, a que humoristicamente chamava *curveta*, e se dêle não fazia uso, era sinal certo de doença, ou de algum ameaço febril. Para impedir que os seus serviçais domésticos, lhe continuassem a roubar de vez em quando o assucar, vinho, etc., chamou dois carpinteiros e dando-lhes a medida, mandou fazer um caixão de madeira forte, obra tósca, mas para durar. Os carpinteiros e serviçais, iam comentando a seu belo prazer com o espírito de observação de que são dotados todos os indígenas, não podendo nem ao de leve adivinhar, para que seria tal obra, que só é costume fazer depois de alguma pessoa morrer.

Qual não foi a admiração de todos, quando concluído que foi, o mandou colocar debaixo da cama, e nele guardar géneros de mercearia, que todos os meses comprava para seu uzo. Chamando-os, disse-lhes "— este caixão é para me levar quando eu fór para o cemitério, *tem mesinha de branco*, quem comer alguma coisa que fica dentro, sem ser eu, morre logo. Foi remédio santo, contava-nos êle "— nunca mais me roubaram a mais leve lasca de bacalhau, ou pingoleta de vinho... Mais tarde perguntámos-lhe "— ainda guardas o caixão?... "— Não hei-de guardar, nem sequer as baratas e ratos, com êle entram!!!

Era um atirador exímio, a uma distância que calculava, quebrava um ovo, colocado no alto da cabeça dum preto, a quem bem pagava para o sujeitar a essa experiência.

A igual distância furava uma caixa de fósforos, que um indígena segurava com o braço bem estendido, entre o dedo indicador e o médio.

A amizade que se contrae em África aqui onde se trabalha, se luta com várias contrariedades, onde se correm os mesmos perigos, e a morte nos espreita a todo o momento, é a mais verdadeira, mais sã e desinteressada e os laços que a unem, são quasi indissolúveis e inquebrantáveis.

E enquanto a terrível deusa, Atropos, que segundo res a fábula, com a sua invencível tesoura, nos há-de cortar o tênue fio, da nossa já tão longa existência, o não fizer, a saúdae por aquele amigo, e companheiro, perderá no nosso espírito.

Carungo, (subúrbios de Quelimane).— 29-5-1935.

FRANCISCO G. DE LADERDA

COMPANHIA AGRICOLA DE ANGOLA

(C. A. D. A.)

Esta Companhia é a mais importante produtora de café em Angola.

O seu capital inicial de £. 850.000 foi totalmente investido nas suas explorações agrícolas de café e palmares.

Cultiva o café em dez propriedades situadas nas regiões do Amboim e Seles, abrangendo uma área de 28.000 hectares, dos quais já estão plantados 12.125 e dêstes 10.414 em produção.

Possui 9 fábricas para o tratamento do café pela via sêca e 2 pela via húmida.

As plantações são ligadas entre si por boas estradas camionáveis e rêde telefónica.

O serviço das 10 propriedades ocupa 80 empregados europeus, que dispõem de 41 casas confortáveis para sua habitação e cêrca de 4.000 trabalhadores indígenas, também instalados com comodidade em casas higiênicas.

A assistência médico-farmacêutica é assegurada por dois médicos, um farmacêutico e vários enfermeiros, dispondo de um hospital central e ambulâncias e enfermarias nas diversas plantações.

A exploração central (Boa Entrada) dista 110 quilómetros do pôrto de Pôrto Amboim.

CAFÉ COMERCIAL, L.^{DA}

2, RUA EUGÊNIO DOS SANTOS, 2-D
10, LARGO S. DOMINGOS, 10-A

O melhor SALÃO DE BILHARES de

TELEF. 2 6233

LISBOA

Uma chávena de café

POR ERNESTO FERREIRA

AO iniciarmos algumas desprezenciosas palavras sobre a *chávena de café*, devemos acentuar que, como tal, se deve considerar única e exclusivamente a obtido pela infusão de café torrado e moído, *absolutamente puro*. Da mistura de sucedâneos com café, ou, talvez mais propriamente, de café com sucedâneos (já que a lei apenas exige um mínimo de vinte por cento de café nos lotes...), poderá resultar uma *bebida qualquer*, mais ou menos acalêzada, conforme a percentagem de mistura, mais ou menos agradável, segundo o gosto ou hábito de cada um, mas nunca uma *chávena de café*.

Não é bastante, porém, que o café seja puro, para nos proporcionar uma chávena dêsse precioso licor que nos inebria e deleita. É indispensável que na preparação do lote, na torrefação e moagem, e ainda na preparação da infusão, se não desprezem determinadas regras e cuidados.

O melhor dos tipos de café, só por si, não poderia dar inteira satisfação às exigências dum apreciador. Há que combinar criteriosa e inteligentemente as características tão diferentes dos vários tipos de cafés, procurando nuns a suavidade de sabôr, noutros a fragância de aroma, e ainda noutros a força e corpo, para assim preencher os requisitos essenciais dum bom café.

Vem a propósito, e é preciso dizer-se, que dadas as tão diferentes condições de latitude, longitude, clima, altitude e natureza do solo das colónias cafézeiras do nosso vasto Império Colonial, e ainda a diversidade de espécies cultivadas e do seu tratamento, elas nos proporcionam cafés dos mais variados tipos e características, que permitem a criação de lotes satisfazendo a exigência de todos os paladares, e a possibilidade de tôdas as bôlsas.

É pela operação da torrefação que se desenvolvem os óleos essenciais aromáticos que comunicam ao café o seu excelente aroma e paladar, e se transforma o açúcar e a matéria amilácea no caramelo que lhe dá a côr. Compreende-se, pois, como é necessário que essa delicada operação seja conduzida com a

maior atenção, sob pena de se poder depreciar, ou inutilizar até, o melhor lote de café. Uma torrefação insuficiente, não permitindo o completo desenvolvimento dos óleos essenciais, ocasionará uma *chávena* acre e insípida; uma torrefação excessiva, volatilizando os princípios aromáticos e iniciando uma carbonização, fará perder ao café uma grande parte do seu perfume e das suas propriedades, e, cosendo a *Caféona*, dará à *chávena* um gosto empireumático e desagradável de bebida gordurenta e rançosa.

Deve preferir-se ao café negro, o café torrado num tom castanho escuro, que proporciona uma infusão por ventura menos carre-

ANGOLA



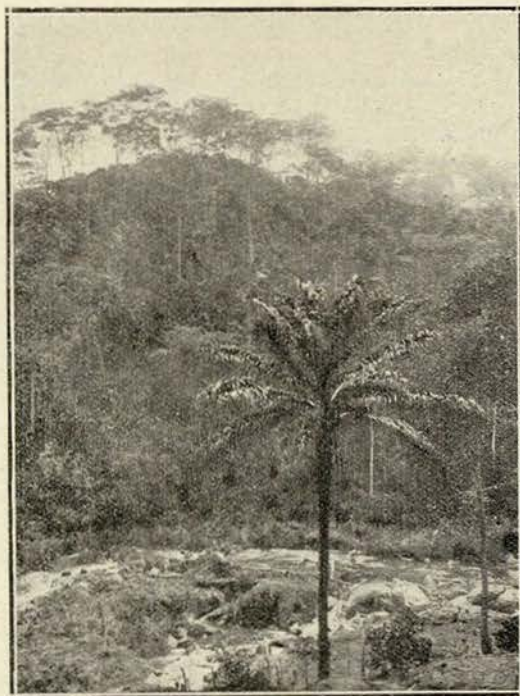
Um lindo exemplar de café

gada em côr, mas com aroma e paladar muito mais fino e delicado.

É de aconselhar que o café torrado se guarde não em qualquer lata, mas num frasco de vidro com tampa esmerilada, preservando-o assim o mais possível do ar e da humidade, e assegurando-lhe uma melhor e mais duradoira conservação; deve guardar-se também o café afastado do calor.

Quanto à *moagem*, sabendo-se que o café uma vez moído, vai perdendo constantemente o seu delicioso perfume, seria o ideal que fôsse feito no próprio momento de se preparar a infusão. É lamentável que entre nós esteja tão pouco vulgarizada essa tão utilíssima prática, da qual resultariam as mais apreciáveis vantagens, desde a do muito melhor aroma e paladar da *chávena*, até às da própria economia doméstica, pois utilizando um bom café, *moído no momento*, seria possível a aplicação de uma menor quantidade, já que o café possuiria então tôdas as suas propriedades sápidas e aromáticas.

ANGOLA



Cafesal numa encosta do Rio Chilo

Seria tão fácil, afinal, fazermos o que se faz em todos os outros países: juntar aos utensílios das nossas cosinhas um pequeno moínho!...

Agora, a *infusão*. São muitos os processos da sua preparação e ainda variadíssimos os aparelhos que se oferecem para êsse fim. A verdade porém, é que sem se poder deixar de reconhecer que há uns e outros mais recomendáveis, se tem de confessar que até pelos processos bem simples, e pelo tradicional *saco de filtrar*, se obtém uma esplêndida *chávena de café*, caso é que não se desprezem certos cuidados e recomendações essenciais.

Tem uma apreciável importância a qualidade da água que se empregue, e deve dizer-se desde já que é de reprovar a água calcárea que, em combinação com os componentes químicos do café, lhe altera as suas propriedades, e prejudica o seu bom paladar e aroma. Seria muito boa a água da chuva, ou então, e mais praticamente, alguma das águas graníticas à venda em Lisboa: Sintra, Vale de Cavalos, Caneças, etc.

As proporções de café variam naturalmente com a sua qualidade e processo de preparação e o gosto da pessoa; pode indicar-se a média de 10 gramas de pó por chávena (uma colher de sopa cheia), e deve levar-se em conta, ao medir a água, que o pó do café absorve uma parte. Uma vez encontrada a proporção conveniente, devemos fixar-nos nela; *não calcular*: medir rigorosamente a água e o café, para termos café sempre igual e sempre bom.

Só à temperatura de 100 graus se pode fazer uma boa extracção dos princípios aromáticos e solúveis do café; assim, é indispensável que a água a aplicar na infusão esteja em perfeita ebulição, e é conveniente ainda que, nos processos que o permitam, a quantidade de água seja deitada dividida por duas ou três vezes, e sempre fervente.

Para prevenir o natural arrefecimento durante a filtração, é conveniente que os utensílios e chávenas sejam previamente aquecidos, já que uma boa *chávena de café* deve ser servida quente. Ainda assim, e no caso de ser necessário reaquecer a infusão, conservar a cafeteira a uma certa distância do fogo e ter o cuidado de nunca deixar ferver o café.

As vasilhas ou máquinas que servirem ao café não devem ser utilizadas para qualquer outro fim, e deve haver o máximo cuidado

com a sua lavagem logo que acabem de servir.

Ainda duas recomendações: nunca usar um saco filtro novo sem ser cuidadosamente lavado, para lhe tirar a goma do tecido; usar água fria para lavar o saco depois de servir, e conservá-lo em água fria também até voltar a usar-se, nunca o deixando em seco. Este processo protege o tecido contra os germens da atmosfera que o fariam azedar.

Afinal não é muito difícil obter uma boa *chávena de café*: um bom café puro moído de fresco, uma boa água, e um bocadinho de cuidado na preparação da infusão, e eis tudo!...

Podão estas desalinhas linhas contribuir de qualquer maneira para um aumento do nosso tão baixo consumo de café? Oxalá que sim, pois é precisamente esse um dos objectivos da *Semana do Café Colonial*.

— • • • —

POLÍTICA DE PRODUÇÃO E COMÉRCIO DO CAFÉ NACIONAL

POR ANTÓNIO MARIA DA ROCHA

QUE me diz a respeito da «Semana do Café Colonial»?

—É uma iniciativa feliz. Dela e de outras que foram preconizadas na Conferência Nacional do Café, depende a resolução do problema dos cafés portugueses que neste momento assoberda a economia de algumas das nossas colónias.

—Falou V. na Conferência Nacional do Café...

—Foi um dos acontecimentos notáveis da vida colonial do país. Deu vulto à importância que os cafés têm na riqueza do nosso Império Colonial e às suas possibilidades incontestáveis de aumento. Foi oportuna num momento em que se debatem aspectos vários de questões que interessam às actividades metropolitanas e ultramarinas. Nela se ajustaram opiniões que andavam desencontradas sobre a política e progresso de tão importante factor económico.

—Qual a sua opinião sobre o aumento do consumo do nosso café em Portugal?

—O nosso café tem população bastante para consumir umas 18 mil toneladas anuais, mesmo que só bebam 5 milhões de pessoas uma xícara diária à razão de 10 gramas. Obter-se-há a confirmação disto se considerarmos os seguintes elementos que em 1933

publicámos no «Jornal do Comércio e Colónias»:

«O café importado do nosso ultramar é cerca de 3 milhões de quilos correspondente a 16 mil e setecentos contos; importado do Brasil 1.590.000 quilos correspondentes a 9.840 contos aproximadamente; de outros países cerca 1.000 quilos ou sejam 12 contos. Deduzindo cerca 830 mil quilos que foi exportado para o estrangeiro, colónias e consumido nas embarcações, teríamos, da totalidade que é 4.590.000 quilos, 3.800.000 quilos aproximadamente.

«Supondo que um adulto dos distritos de Lisboa e Pôrto beba em média 10 gramas de café por dia, equivalente a uma xícara e calculando em cerca de 1.200.000 o número dos mesmos, consumiriam num ano cerca de 4.400.000 quilos, ultrapassando a quantidade importada que é de 3.800.000 quilos. E a restante população portuguesa então o que beberá?»

As referidas 18 mil toneladas com 8 mil destinadas à reexportação atingiriam 26 mil toneladas que corresponderiam à apreciável verba de 121 mil contos à cotação de então!

—Que nos diz sobre o aspecto como o Brasil encara a propaganda do café português em detrimento do consumo que o seu aqui tem?

—Se tem fundamento o que a tal respeito se diz, (quem sabe se entre nós há quem julgue afectados os seus interesses?) não vemos razão para tal suposição, porquanto a nossa atitude é semelhante à que os brasileiros têm tomado na propaganda dos seus cafés.

Em virtude do mútuo entendimento comercial manda a boa política intercambiável conservar tão boas relações. Desde que se aumente o consumo no nosso país também poderá continuar a ser utilizado a quantidade importada da nação irmã, mas sem exceder, salvo melhor opinião.

—É interessante o que se tem dito através da imprensa, mas a nosso ver é insuficiente. A «Semana do Café Colonial» como acontecimento periódico permanente, levando a pouco e pouco a todas as terras do país, a todos os lares, os lotes de café que pretende lançar no mercado e ainda outros mais baratos, é a forma mais eficiente de se alcançar não só o aumento de consumo dos nossos cafés, mas também o aumento que advirá de uma maior divulgação da bebida. Bem haja os seus organizadores.

ASSIMILAÇÃO

Por NUNES DOS SANTOS

Aluno da E. S. C.

DATA de há muito no campo colonial a existência da palavra «*assimilação*», com um significado político que de todos é bem conhecido.

Intimamente ligado à própria essência da colonização, êsse termo tem no entanto servido equívocos lamentáveis, sobretudo depois do aparecimento das modernas correntes de política indígena, em que a ciência se sobrepôs ao empirismo inveterado de outros tempos.

Assim, é freqüente ouvir-se incluir, sob essa designação, dois factos completamente distintos na vida das colónias: um, de carácter meramente administrativo, que é a assimilação política da colónia; outro, mais complexo e, digamos mesmo, mais delicado, que é a assimilação política, económica e social dos respectivos indígenas.

É imperdoável êsse erro, não só porque, como dissemos, os factos são diferentes, mas ainda porque, se um é por vezes defensável sob o ponto de vista dos interesses económicos da metrópole, o outro pelas subtilezas que encerra a sua adopção, não só é, ainda hoje, praticamente irrealisável, como até deve constituir apenas um ideal longínquo a atingir na obra humanitária a que nos entregámos.

Vejamos, de uma forma geral e cingindo-nos à escassez do espaço de que dispomos, o que são êsses dois sistemas.

Por assimilação política de uma colónia, compreende-se a adopção de normas políticas, e administrativas idênticas, ficando o território ultramarino a fazer parte da metrópole, tal como qualquer província do continente. Não há, assim, diferenciação orçamental e legislativa e o governador, mais não é do que um funcionário metropolitano.

Não é difícil observarem-se os prós e os contras dêste sistema, ainda assim defensável em certos casos, designadamente quando, quer pela proximidade geográfica, quer pelas condições climáticas, o módulo económico e

financeiro da colónia não diferir sensivelmente do que se verifica na Metrópole.

Diz-se também que, pela comunidade de encargos e de receitas, a Metrópole poderá, como em nenhum outro sistema, participar do rendimento do capital por ela dispendido na obra de valorização do território de além-mar. De facto, assim é. Mas, é necessário não nos esquecermos de que êsses mesmos rendimentos—que, aliás, só tarde se realizarão—, são indispensáveis ao progresso, singularmente rápido e exigente, dos países em formação. Por outro lado, tornando-se extensivo à colónia o montante dos encargos, vai-se fatalmente lançar sôbre os recursos fracos e ainda hesitantes, dêsses países, o dever de contribuir para o pagamento de despesas incomportadas pela sua débil balança económica.

Aplicar, pura e simplesmente, à administração colonial, o sistema assimilador, é, afinal, navegar nas águas do mais puro utilitarismo, sem atender às necessidades decorrentes da diferenciação telúrica e sociológica, que impõe, para que a harmonia do conjunto se verifique, a adopção de regras provenientes de um estudo consciencioso do meio a que vão ser aplicados, tendo sempre em vista, embora à custa de alguns sacrifícios, o fim essencial de tóda a obra civilizadora.

Como exemplos, claros e edificantes do que afirmamos, temos bem perto o que se passou na Argélia e, mesmo dentro de casa, a tentativa, a breve trecho abandonada por inútil, de lançar nas colónias a divisão administrativa que, na Metrópole constitue tradição de muitos séculos.

Mas,—dirão alguns—, não caberá precisamente adentro do âmbito da colonização, a implantação, nas colónias, da nossa engrenagem administrativa? Evidentemente. Mas essa evolução só poderá fazer-se por graus sucessivos, lentamente, sob pena de se cair sob a alçada da penalidade com que a sabedoria popular castiga os que tudo querem.

Falemos agora da tão decantada assimila-



ção dos indígenas, que consiste na interpene-
tração íntima das duas raças: autoctone e
colonizadora.

Embora, no dealbar da obra colonial, não
fôsse pròpriamente o fim civilizador que
orientou a rota dos primeiros pioneiros, o
certo é que, mesmo nos países que mais se
preocuparam com a descoberta de novos
mercados, o móbil humanitário do progresso
dos incultos não deixou de ser visado pela
natural religiosidade da época. Fazendo parte
integrante das tripulações das naus, lá iam
os missionários, a quem a religião importava
mais que o comércio e que, portanto, inícia-
ram logo, a par do mercantilismo puro, a obra
redentora de buscar almas para Deus.

Com o andar dos tempos, e à medida que
assegurado ia ficando o tráfego comercial
entre os diversos territórios, passou-se de um
extremo ao outro, obliteraram-se as mais sa-
lientes ambições de lucro e surgiu, em tóda a
resplandência do seu perigoso humanitarismo,
a doutrina da assimilação dos indígenas.

Em boa verdade, essa doutrina, produto
desnaturado mas lógico das ideologias do
século XVIII, em vez de, como seria natural,
constituir um elemento novo para a melhoria
das condições políticas, económicas e sociais
dos nativos, foi antes o estôrvo, difficilmente
transponível, que se opôs ao avanço célere
da civilização.

Impensadamente, avaliando pelas suas
asptidões dos outros, muitas das nações co-
loniais não hesitaram em lançar sôbre a men-
talidade rude de povos atrazados, a avalans
che nociva de perigosa igualdade de direitos
e deveres.

Nesse ponto, não podemos nós, em abso-
luto, condenar a obra das colonizações es-
trangeiras. Reflexo nítido do sentimentalismo
lusitano, consequência natural da bondade
rácica, e resultado prejudicial de falsas idéias
de justiça e de fraternidade, a assimilação dos
indígenas campeou também, sob a égide do
pendão das quinas.

É no entanto conveniente notar que, se
Portugal, através dos seus cinco séculos de
colonização, exagerou por vezes o critério
assimilador, isso se deve tão sómente às ca-
racterísticas suaves da sua psicologia. Não
houve, na orientação geral da nossa co-
lonização—com orgulho o dizemos—, o pre-
domínio do sentimento da ganância. Cha-
mámos o indígena, procurámos incutir-lhe
noções por êle muitas vezes incompreendidas;

praticámos, sem dúvida, bastantes erros; mas,
o que é inegável é que Portugal soube, desde
a primeira hora, mostrar ao mundo que a sua
missão estava bem acima dos mesquinhos in-
teresses de momento.

Nos Açores como na Índia; em Cabo
Verde ou no Brasil, a preocupação de civili-
zar e cristianizar sobrelevou sempre—digam
o que disserem—, ao sórdido sentimento de
lucros avultados.

E cremos bem que nem tódas as nações
coloniaes poderão dizer o mesmo...

Ora, se a assimilação política da colónia
não é, como já vimos, um sistema sempre
praticável, com mais forte razão somos obri-
gados a discordar da assimilação dos indí-
genas, tomado êsse termo na acepção rígida
do seu significado. De facto, o que pretende-
mos realizar pelo esforço colonizador, é sem
dúvida, a elevação política, social e econó-
mica do indígena. Mas, êsse alvo só poderá
ser atingido num futuro longínquo, por meios
indirectos, sem atritos contraproducentes e
sem se tentar inocular, de um momento para
o outro, princípios por vezes em inteira opo-
sição com as idéias mais arreigadas no espí-
rito dos nativos.

Nada mais erróneo do que o convencim-
ento de que o progresso económico das
populações indígenas, traduzido pelos núme-
ros das exportações, e a não existência de
rebeldias, revelada por uma quasi perfeita
convivência das raças colonizante e nativa,
são seguro indicio de melhoria geral.

Isso é, sem dúvida, bastante. Mas, a Metrô-
pole só poderá prosseguir com segurança na
construção do novo edificio social se, em
lugar de frágeis alicerces, facilmente destruti-
veis pela acção de ideologias perigosas, o
substractum da mentalidade indígena do fu-
turo assentar conscientemente em bases sólí-
das. É necessário que o nativo vá recebendo, a
pouco e pouco, proveitosamente, a influéncia
dos princípios civilizados. É indispensável que
a sociedade local se compenetre, independen-
tamente de qualquer idéa de temor ou de
submissão, do bem que para ela resultará da
absorção completa e perfeita das nossas
idéias, da nossa língua e dos nossos usos e
costumes.

Ora, para que isso se dê, não basta a im-
posição, pura e simples, não chega a elabora-
ção de normas legislativas condensadoras do
sistema proposto.

Antes de-fazer actuar directamente sôbre

ANGOLA



Café nativo

o indígena colonial a doutrina das leis metropolitanas, torna-se imprescindível a *associação* lenta de interesses e sentimentos, essa sim, a verdadeira criadora da futura *assimilação*.

Em resumo e, como tão proficientemente disse o Prof. Lopo Vaz: a *assimilação* é a lei e, a *associação*, o regulamento.

Embora a doutrina desta última seja bastante recente, é curioso notar que, ainda neste caso, mais uma vez Portugal mostrou ao mundo a superioridade dos seus métodos: quando, após a conquista, Afonso de Albuquerque instituiu na Índia escolas que se destinavam à preparação de indígenas para as «funções públicas», essa ideia de *associação* predominava certamente no espírito desassombrado e clarividente da maior figura colonial de todos os tempos.

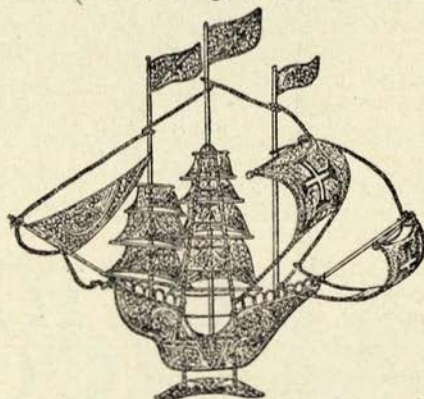
Ele compreendeu—e já lá vão 4 séculos—, que a *associação* das duas raças em todos os campos de actividade, seria o melhor e o mais seguro meio de converter em civilizadas as populações autoctones.

PORTUGAL COLONIAL

É hoje, depois de aturados estudos, após a realização de dezenas de congressos e conferências, a que deram colaboração os mais ilustres colonialistas modernos, eis que surge, de novo, a doutrina que, outrora, nas paragens longínquas do Oriente, tanto preocupou o Grande Albuquerque.

E diga Mr. Hardy o que disser, por muito numerosas e extensas que sejam as páginas acintosas dos seus livros, a colonização portuguesa continuará a ser, através de todos os tempos, o verdadeiro marco miliário a assinalar o avanço dos povos civilizados sobre a Terra.

MANUFATURA DE ARTIGOS DE OURIVESARIA



CASA FUNDADA EM 1880

GASPAR VIEIRA

Sucessor de Vicente Gaspar Vieira & Filho Suc.
OURIVES—FABRICANTE—FORNECEDOR

As mais lindas, artísticas e inimitáveis filigranas portuguesas.

Pratas cinzeladas e grande variedade de artigos de ourivesaria.

Exportador para Ilhas, Colónias Portuguesas e Estrangeiro

Premiado na Exposição Internacional de Barcelona (1929)

DEPÓSITO PERMANENTE PARA REVENDA

Rua do Bomfim, 217—PORTO—Portugal

Telefone 2299

Carregou a sua máquina com

EISENBERGER?

a película para melhores fotografias

O ÊXITO É SEGURO

AFARI, L. DA

Rua Augusta, 118 — LISBOA

GALERIA FOTOGRÁFICA, N.º 118

DA IMPRENSA

IMPRENSA ESTRAN- GEIRA

T R A N S

O interesse suscitado pelo regime corporativo italiano, provocou nos diversos meios nacionais, críticas e dúvidas, quer sobre os critérios de impressão do "Estado Corporativo", quer sobre certos aspectos da sua organização. E isto é tão natural e compreensível, dado que cada povo é levado a julgar as experiências e as realizações dos outros, à luz do seu próprio ideal.

Antes de apresentar fórmulas sintéticas, origem quasi sempre de equívocos, cremos, seria mais útil, experimentar, pôr em relevo as instituições corporativas italianas, parando unicamente nas "etapes", mais significativas do caminho até hoje percorrido.

Sindicalismo e corporalismo: por estes dois polos passa o eixo da vida actual italiana, sob o poderoso impulso do Partido Fascista. O facto do novo regime ter sido designado pelo povo e pelo seu chefe mesmo, sob o nome de "Estado Corporativo", desde os primeiros anos da sua fundação e antes da criação de todos os seus organismos, sugere duas sugestões.

A primeira, é que os povos, no momento decisivo da sua história, formam dos seus instintos a visão dos seus ideais colectivos e como se quizessem dar um aviso a eles próprios e aos outros, fazem preceder às realizações dos símbolos que os prendem. A segunda é que o conceito usual de "corporação", deve ser revisto, se se quer qualificar por elle a essência do estudo moderno.

Essa revisão aparece tanto mais indispensável quanto é certo que se trata dum movimento de ideias que tendo passado as fronteiras da sua pátria de origem, se apresentam, ou podem apresentar-se aos espiritos desorientados e incertos por fórmulas que na sua generalidade põe quanto é bom dum lado e deixam todo o mau do outro. Até os povos que têm um regime estável, ou de sólidas tradições, procuram soluções novas, remédios novos, para acalmar a ansiedade que os atormenta: e esta ansiedade não é só o privilégio dalguns, espalha-se também nas massas. Conhecer as experiências nos outros, sem deformações interessadas e no seu ponto verdadeiro, pode ser para cada um a ocasião de se firmarem nas suas próprias intenções ou saberem orientar os seus projectos.

Para darem uma ideia do conjunto da organização

corporativa italiana, limitaremos o que expomos, aos órgãos e as instituições que dão o seu nome ao estado novo. Nesta primeira indicação esqueceremos ou lembraremos outras realizações colaterais, embora sejam importantes nas ordens social e económica. Examinaremos portanto o sindicalismo e o corporatismo, primeiro na sua contextura jurídica e constitucional, depois na sua actividade concreta.

Desta forma seria possível confrontar útilmente os resultados, com aquêles que foram obtidos noutra ambiente; de sentir com relação à variedade de métodos, a variedade dos resultados, sem esquecer a unidade dos fins ideais que insensível mas tenazmente, conduzem a um destino comum os povos resolvidos a marchar à testa da História.

Quando em Outubro de 1922 quatro anos depois da guerra victoriosa, o fascismo tomou as rédeas do poder, a vida pública estava oprimida pelo pesadêlo da luta social entre as forças da produção. O principal carácter desse movimento histórico, foi o choque violento entre o capital e o trabalho. O que estava em jogo, não era sómente as relações reciprocas no terreno económico, seja, o repasto dos benefícios e o tanto dos salários, era também a função política dum e

doutro. Os organismos do partido e especialmente as organizações com tendências socialistas, tinham adquirido o predomínio sobre os organismos operários dando às suas acções um carácter recto soberania política. Ao prejuizo económico derivado da despeza das riquezas nacionais por causa das greves e dos *lock out* se juntara o perigo dum ruína total na base nacional sobre a qual se fundara a estrutura do Estado. O fascismo, importou pela maioria sã da população e chegada a Regimen, não podia tardar em fixar a sua solução política "da questão social".

De facto, pela lei de 3 de Abril de 1926, sobre a disciplina jurídica das relações de trabalho, depois pela "lei do trabalho", promulgada a 21 de Abril de 1927, anunciava certos principios em virtude dos quais resolviam-se muitos aspectos da questão social, dignos do primeiro Chefe, da atenção dum governo nacional, consciente dos seus deveres de justiça, para com um povo inteiro, emquanto que negava outros principios que não seriam se-

(Conclue na página 24)

O REGIMEN CORPO- RATIVO

Do "Journal du Commerce,"

PORTUGAL COLONIAL

COLONIAL

CREVE-SE

IMPRENSA PORTU- GUESA

Vai realizar-se no País, de 14 a 20 do corrente, organizada pela Agência Geral das Colónias, a Semana do Café, tendente a tornar conhecido do público consumidor a genuinidade e óptimo paladar dos nossos cafés coloniais e a divulgar entre os comerciantes retalhistas todas as suas marcas que rivalizam com as de maior nomeada do estrangeiro.

Esta simpática iniciativa, com a qual estamos perfeitamente identificados, pois que pretende valorizar o mercado interno com a propaganda dos produtos portugueses, é devida ao esforço persistente e à incansável dedicação do sr. Carlos Galvão, que ao assunto tem dedicado o melhor da sua actividade e inteligência.

Os seus objectivos e como vai ser organizada

As referências que vimos publicadas na imprensa, acerca da projectada "Semana do Café Colonial", levaram-nos a procurar na Agência Geral das Colónias, o organismo oficial que patrocina a iniciativa, o seu distinto organizador sr. Carlos Galvão, pessoa activa e empreendedora, que alia a uma vontade férrea os seus vastos conhecimentos directos do comércio do Ultramar, onde permaneceu cerca de 17 anos, tendo percorrido, em viagens de negócios, quasi todas as colónias da África Occidental, nacionais e estrangeiras, e dirigido proficientemente alguns organismos importantes em Angola.

O sr. Carlos Galvão, expostos os motivos que nos levaram a procurá-lo, esclareceu-nos:

— De entre os problemas de cuja solução depende mais directamente o desafogo da economia do país, é certamente o do intercâmbio comercial com as Colónias um dos mais interessantes. As colónias devem ser naturalmente o primeiro mercado para os produtos da indústria Metropolitana mas; como contrapartida é necessário que a Metrópole prefira para seu consumo, entre o que lhe falta, o que as colónias estão produzindo ou são susceptíveis de produzir.

Infelizmente, sempre que se tem tentado estabelecer

esta reciprocidade surgem dificuldades advindas de uma natural reacção de interesses creados—dificuldades que as melhores vontades não têm conseguido vencer.

Se os interesses que assim reagem são algumas vezes razoáveis por traduzirem aspirações legítimas de um sector da produção metropolitana, justamente alarmada pela concorrência possível dos productos coloniais, outras vezes não defendem mais do que aspirações meramente mercantis, de alcance restricto, visando unicamente a conservação de negócios rendosos em que a economia do País nada lucra.

É este o caso do problema do Café. Produzindo as colónias portuguesas café em quantidade suficiente para o consumo do País, a sua contribuição para este consumo não é nada do que poderia ser. Torna-se portanto necessário aumentar o consumo dos nossos cafés coloniais.

A Semana do Café Colonial

Vai realizar-se de 14 a 20 do corrente esta patriótica iniciativa da Agência Geral das Colónias

De "O Comércio de Viveres," de 6-7-935

A concorrência dos cafés estrangeiros no mercado Português

Proseguindo, o sr. Carlos Galvão, acrescenta:

— É um facto que as nossas colónias produzem poucos cafés finos e que estes, pela sua pouca quantidade, têm um preço ainda bastante elevado. Esta situação tende a melhorar rapidamente pela afluência dos cafés de Timor e pelo alargamento das culturas de S. Tomé. No entanto justifica-se que ao Brasil se vá buscar por melhor preço os seus cafés finos. Mas, o que é facto é que, sendo os cafés brasileiros que o país consome, lotes em que os cafés finos entram em pequena quantidade, juntamente com os cafés fracos, não se compreende que se importem do Brasil, nos lotes que elle nos fornece, juntamente com os seus cafés finos, os cafés fracos de que as nossas colónias nos podem fornecer grandes quantidades de excelente qualidade e a preços módicos.

— Esses assuntos foram recentemente tratados na conferência do café, observámos:

— Sim senhor e com muita proficiência. Mas era necessário continuar, especialmente no campo pratico e útil do problema.

"Estão os despertadores das nossas colónias empenhados em organizar, na Metrópole, o negócio de cafés

PORTUGAL COLONIAL

portugueses. Resolveu a Agência Geral das Colónias com a sanção de Sua Ex.^a o Ministro das Colónias dar o primeiro passo para tornar a organização eficiente—e para isso se leva a efeito uma propaganda intensa dos nossos cafés.

A Campanha a favor dos cafés Portugueses em todo o País

Pormenores da organização, solicitámos.

—O período de propaganda foi fixado para a semana de 14 a 20 de Julho, superiormente aprovada. Vão ser estabelecidos postos oficiais de vendas em Lisboa, Pôrto e Coimbra. Em locais concorridos, onde possível em praças públicas e ao ar livre, será vendido o café à chávena, onde bandas regimentais darão diariamente concêrto. A venda por êste processo e durante êsse período será simultânea nos estabelecimentos da especialidade, restaurantes, hotéis, botequins, etc.

Na Agência Geral das Colónias será organizado um pequeno mostruário dos cafés, tipos comercial, das nossas colónias e um pôsto de provas, sendo inaugurado nessa ocasião uma dependência recentemente adaptada. Ao mesmo tempo será pôsto à venda, em pacotes de 250 gramas, dois lotes de cafés puros, compostos com o produto originário das Colónias portuguesas. Êsses pacotes serão distribuídos por todos os estabelecimentos do país durante a semana, para vulgarizar entre o público a composição que depois continuará a ser vendida sob o controle oficial.

Para que isto resulte eficaz e desperte a atenção do público e até dos comerciantes, está sendo empreendida uma campanha de propaganda por meio de cartazes, prospectos, folhetos, etc.

Estava terminada a entrevista.

Agradecemos ao sr. Carlos Galvão a atenção dispensada ao nosso jornal, que na Agência das Colónias só facilidades tem encontrado, e retiramo-nos deixando o ilustre colonialista, que pouco antes havia chegado de Coimbra e Pôrto, onde fôra em viagem de propaganda, entregue ao trabalho exaustivo que é a organização da "Semana do Café Colonial," fazendo votos para que a sua patriótica iniciativa seja coroada do maior êxito.

O Regimen Corporativo

(Conclusão da pág. 22)

não o reflexo das doutrinas internacionais ou anti-nacionais.

Os princípios anunciados eram: 1.º, a necessidade do reconhecimento jurídico da parte do Estado, das Associações de empregados, dos operários, dos membros de profissões liberais, e artistas, que prontos a protegerem os interesses das suas categorias profissionais respectivas e desejosos em poder estipular contratos colectivos de trabalho obrigatório para os membros das ditas categorias; 2.º, a paridade jurídica das associações de empregados e de operários; 3.º, a organização duma magistratura do trabalho, para a realização dos conflitos do trabalho, tanto colectivo como individual; 4.º, a interdição da greve e do *lock out* e suas assimilações a delicto punível.

Como consequência, o primeiro ponto, marcava que cada categoria profissional podia ser reconhecida pelo Estado como uma Associação Sindical, única à qual eram

concedidos os poderes seguintes: direito exclusivo de protecção dos interesses de toda a categoria; direito exclusivo de regular por contratos as relações de trabalho de todos os membros dessa categoria; direito de impôr cotizações sindicais; direito de designar os representantes dessa categoria aos diversos organismos onde a categoria deva ser representada; e a faculdade (acrescentado posteriormente) de propôr ao Grande Conselho do Fascismo os candidatos à Câmara dos Deputados.

Para contrabalançar êste imponente conjunto de poderes concentrados uma única Associação para cada categoria, o "Sindicato," para obter o reconhecimento do Estado Novo, deve cumprir outras condições: as principais são: um certo número de adesões inscritas, pelo menos igual a 10% dos operários da categoria se se trata dum sindicato de operários, ou então, um certo número de empregados, fazendo trabalhar pelo menos 10% dos empregados da categoria; um programa de acção social (protecção moral e económica, assistência, instrução profissional, educação moral e nacional).

Como vêem, o fenómeno "político," do sindicalismo era colocado no terreno da nação e por consequência do Estado, a expressão concreta da sua unidade; era despojado das superestruturas políticas de carácter anti-nacional ou internacionalista que o desviam ou lhe desnaturalizavam e visado por tanto a sua função essencial ganhava em intensidade de acção e em eficácia.

Os organismos sindicais que respondem a uma necessidade absoluta da sociedade moderna e que o legislador fascista quiz a justo título incorporar ao seu sistema, se revelaram com o novo sistema cheios de vitalidade e nada apoquentados, como se poderia julgar pelo controle que o Estado se reservou sobre eles graças à faculdade de aprovar ou de revogar as nomeações dos dirigentes sindicalistas, ao exercício duma vigilância sobre os actos das Associações, a faculdade de dissolver os Conselhos de Administração, e de nomear um comissário.

Êste é um ponto importantíssimo para anotar pois tem sido origem de várias interpretações duvidosas.

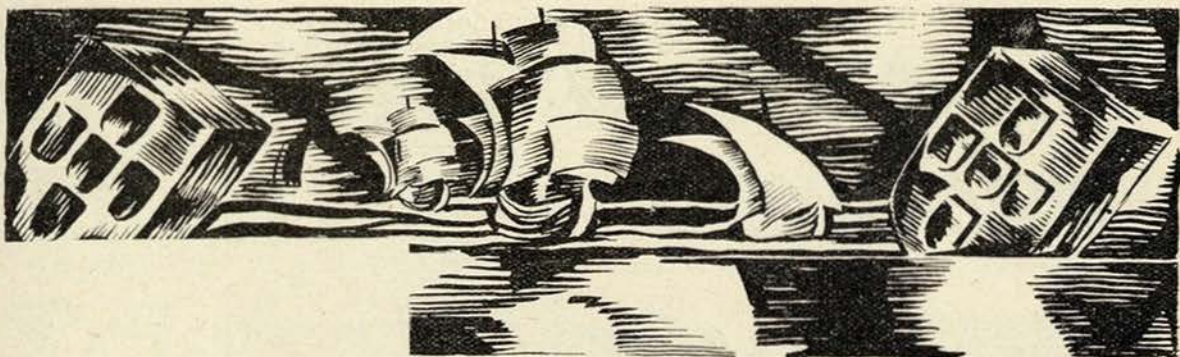
Para apreciar completamente o sistema de controle do Estado sobre a vida da Associação Sindical Fascista, convem considerar êste controle com respeito aos cargos da Associação e a sua vida interior: convem também lembrar que ao contrário dos outros sindicatos não reconhecidos juridicamente, que existem nos outros países, os sindicatos italianos receberam do Estado atribuições de interesse e de carácter público. Por outro lado a iniciativa da constituição dum Sindicato é perfeitamente livre no quadro que limita as faculdades de qualquer pessoa física ou jurídica. Se, no Sindicato italiano, se constata uma acentuação mais marcada da intervenção jurídica do Estado, é devido ao facto de que as associações sindicais, disfrutam da personalidade jurídica e gosam de interesses não só privados como públicos. Todos os estatutos de Associação comportam regras precisas que asseguram a circulação activa das ideias e dos homens no interior do Sindicato, o qual, pelo seu lado tem plena liberdade de julgamento de acção nos domínios reservados à sua actividade.

Foram estes princípios que se refletiram nos "processos," de formação da ordem sindical italiana.

GIUSEPPE BOTTAL.

BEBAM O CAFÉ DAS NOSSAS COLONIAS

PORTUGAL COLONIAL



Império Colonial Português

Em suplemento do "Diário do Governo," foi inserta uma nova publicação do Acto Colonial com as alterações constantes da lei de 1.900.



Foi determinado que os professores das escolas primárias oficiais das colónias com mais de quatro anos de serviço na metrópole são considerados em igualdade de circunstâncias com os da metrópole para o efeito dos proventos regulados pelo decreto n.º 18.531 de 30 de Março de 1931.



Vai ser publicado um diploma mandando pôr em execução nas colónias com várias alterações, a portaria n.º 8.124 de 1 do corrente, na parte que diz respeito ao regulamento disciplinar colonial.



Vão ser restabelecidos os lugares de conservadores de registo predial das colónias, tendo sido mandadas ouvir as estações superiores sobre a redacção do respectivo projecto de decreto.



Foi fixado em 7\$50 a equivalência do franco em ouro para a percepção de taxas telegráficas nas colónias de Moçambique e de S. Tomé e Príncipe.



Os governadores de Moçambique, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné telegrafaram ao sr. Ministro das Colónias comunicando terem sido publicados nos res-

pectivos boletins os orçamentos de receita e tabelas de despesa para o futuro ano económico.



Vai ser publicado um decreto introduzindo várias alterações na lei vigente relativas aos prémios dos vales de correio nas colónias e procedendo á unificação desses prémios.



Foi publicado um decreto, permitindo ao Ministério das Colónias, pela Direcção Geral Militar, a importação temporária, com isenção de direitos, de armas, munições, aviões e seus sobressalentes, e qualquer outro material de guerra ou artigos militares destinados às forças militares, de policia e de fiscalização nas colónias, quer vindo do estrangeiro para fins de verificação e experiência, quer vindo das colónias para beneficiação ou concerto nos estabelecimentos fabris do Estado ou outros fins de interesse militar, devendo a sua reexportação ser feita dentro do prazo de um ano contado da data da importação, prorrogável em caso de força maior.



Pela publicação do decreto 25.584, foi completado e esclarecido o decreto 25.445, o qual cria em Loanda e Lourenço Marques, organismos denominados Casas da Metrópole.



Vão ser publicados os regulamentos sobre o estabelecimento de exploração de instalações eléctricas nas colónias relativamente a prazos, taxas, multas e regras especiais a adoptar na execução dos referidos serviços, entrando esses regulamentos em vigor por estes dias.

estranheiro

Das transferências dos altos

dignatários . . .

Quantas colónias desejariam não as transferências, mas sim um "movimento", enérgico, que obrigasse a pedir a reforma a certos governadores por terem atingido ou ultrapassado os sessenta anos, e assim permitiriam aos funcionários novos, escolhidos pelos seus bons serviços coloniais, prosseguir à testa das nossas colónias com a esperança de continuar uma obra já principiada metódica e tenaz, na sua acção verdadeiramente construtiva que as circunstâncias e a opinião exigem.

Não é aos funcionários já fatigados desejosos unicamente de alcançarem (sem histórias nem complicações) a hora abençoada da reforma, que deve ser confiada a alavanca de comando das nossas colónias; é preciso remogar os programas, confiar essas alavancas aos homens para quem o grau de governador não seria só a *bençala de marechal um satisfécit* de final de carreira, mas sim a ocasião única de ousar e querer a possibilidade de agir. Lyantey, dizia muita vez "que a razão principal do seu sucesso em Marrocos foi de lá ter estado só dose anos" . . .

Da desapareição dos fatos indígenas

Num artigo nos "Annales Coloniales", Lucien Gasparim chama a atenção para o escândalo (e afirma que a palavra não é forte) que representa para Marrocos a venda a vil preço dos nossos velhos fatos europeus aos indígenas. Um descarregador, vestido com um fraque ou um mendigo fardado mais ou menos regularmente, oferecem ao turista estrangeiro um triste espectáculo que já o marechal Lyantey tratou de proibir em 1922, pois só serve para diminuir o nosso prestígio.

Um indígena nunca será "consciente e organizado", usando trapos europeus: a França deve-se a todos os que vivem dela, e vale bastante mais do que queríamos os seus alcobadores de trapos velhos.

Não se trata de dar aos turistas, algumas visões pitorescas; trata-se de lhes mostrar que não queremos fazer dos nossos protegidos, uns fantoches, seres vestidos com os nossos trapos velhos, que queremos vê-los procurar qualquer coisa de mais interessante do que os nossos fatos usados.

Se em todos os países do mundo civilizado, existe o empenho de afirmar o respeito da *linfa* em todo o seu aspecto para harmonizar a dignidade exterior com a dignidade moral, talvez uma policia bem orientada, acabaria dumá vez com êsses espectáculos denegantes e aflitivos.

Dos acordos franco-italianos relativos

ao Tibesti . . .

Numa conferência realisada recentemente na Academia das Ciências Coloniais, Mr. Le Cœur, encarregado da missão do Instituto de Etnografia, fez uma comunicação muito interessante sobre o Tibesti.

A população que não passa de 6.500 habitantes é muito pobre, sempre vive ameaçada pela fome.

A criação do gado (principalmente de camelos) é considerada mais nobre do que a cultura dos campos. Os Têda (é o nome dos habitantes) são, mais nómadas do que sedentários.

Têm ao mesmo tempo, interêsses na zona de Bardai e na de Aozon, que separa a fronteira franco-italiana. Essa confusão será sem dúvida a principal dificuldade que encontrarão os oficiais das duas nações encarregados de aplicar o acordo recente.



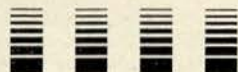
"PORTUGAL COLONIAL"

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.

CONSULTÓRIO DE ASSUNTOS COLONIAIS

RECEBEM-SE DESDE JÁ CONSULTAS DOS SRS. LEITORES, ASSINANTES E ANUNCIANTES



PORTUGAL COLONIAL

INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

Crónica do mês

A Semana do Café

PARTIU a idea de realização da «Semana do Café» dum artigo publicado há dois meses na «Portugal Colonial». Nêle defendíamos a necessidade de juntar a tantas palavras escritas para acudir à economia dèstre produto, uma acção desempoeirada e que, embora, não fôsse uma solução, fôsse pelo menos o princípio de qualquer cousa.

A idea encontrou por parte do sr. Ministro das Colónias o melhor acolhimento. A Agência Geral das Colónias, com a feição prática que é necessária à sua função, organizou-a rapidamente. E assim vamos ter, já com uma apreciável expansão em todo o País, o primeiro movimento forte de defesa dos nossos cafés coloniais.

Tem esta organização, a-pesar-da esforcada e inteligente colaboração que os organismos particulares interessados e o Banco de Angola lhe emprestaram, um cunho official. Oxalá, todavia, que os produtores, os interme-

diários, todos aqueles emfim que têm os seus interesses ligados à expansão dos cafés coloniais portugueses na Metrópole, não deixem perder o impulso que a «Semana do Café» vai dar à solução do problema.

Não basta fazer propaganda. É necessário tirar dela, imediatamente, por meio duma acção pronta e organizada, todo o proveito e tôdas as conseqüências.

E quantas passadas decisivas é preciso dar, corajosamente, com inteligência e decisão para levar Portugal a consumir os seus cafés, depois de ter convencido os portugueses que êles são tão bons e, algumas vezes melhores, que os melhores cafés estrangeiros a que se habituaram.

Que não falte a coragem nem a decisão àqueles que mais vão aproveitar dèstre movimento—e a causa será ganha como é de direito, de justiça e de bom senso.

H. G.

Notas do mês

Cabo Verde

Foi autorizado o governador de Cabo Verde a abrir um crédito especial para pagamento dos juros à Caixa Geral de Depósitos do empréstimo de 15.000 contos feitos por aquela caixa à referida colónia.

• O levantamento hidrográfico do arquipélago de Cabo Verde será levado a efeito logo que esteja concluído o seu levantamento geodésico e topográfico.

Guiné

Segundo telegrama recebido em Lisboa, tem chovido torrencialmente na Guiné Portuguesa, caindo água ininterruptamente, por êsse motivo, foi derruído o armazem da

alfândega de Bissau, onde se encontravam arrecadadas umas 400 toneladas de mercadorias, que se conseguiu salvar. Os campos encontram-se completamente alagados.

• O governo da Guiné propôs a criação de mais dois lugares de auxiliares das missões religiosas e a extinção do lugar de “chauffeur”, mecânico dos transportes terrestres.

• Vai ser publicado um diploma autorizando a abertura dum crédito para o pagamento dos vencimentos de chefe dos Serviços Veterinários da Guiné, médico veterinário, sr. dr. Guterres.

S. Tomé e Príncipe

O governo de S. Tomé e Príncipe, informa que foram apuradas as contas referentes ao mesmo ano económico sendo as receitas cobradas.

• Em vista dos informes e da organização do pro-

jecto e respectivo orçamento para a construção da ponte sobre o rio Ió, em S. Tomé, vão prosseguir os trabalhos para a conclusão desta importante obra, que há muito estava parada. Estão já assentes os respectivos pilares, sendo agora colocado o taboleiro, que será construído em cimento armado.

Decorreram brilhantes as festas da semana militar em S. Tomé, tendo havido parada.

Houve alocução pelo comandante das forças e pelo ajudante do governador em que foi posta em relêvo a acção do sr. dr. Armindo Monteiro como Ministro das Colónias.

Angola

Segundo comunicação recebida de Angola, a empresa de tabacos daquela Colónia, depositou na Caixa de Tesouro 36.000 acções como caução da responsabilidade e a fiança. A mesma empresa pede ao governo autorização para a emissão de obrigações.

Grande número de colonos de Angola pedem para que se torne obrigatório o Registo Civil, na mesma colónia e que seja dada aos administradores de circunscrição e chefes de posto, atribuições oficiais de registo civil, visto haver grande número de filhos dos colonos por registar.

A Câmara Municipal de Loanda pede, com urgência, que seja contratado um arquitecto urbanista afim de iniciar os trabalhos de melhoramentos na referida cidade.

A Companhia dos Diamantes de Angola entregou no Ministério das Colónias a quantia de 2.110.104\$45, relativo à parte da comparticipação de lucros.

A nova divisão escolar de Angola passa a ter as suas sedes em Loanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira.

Foi reorganizado o Cofre de Previdência dos funcionários públicos de Angola.

Vai-se proceder à reforma do regime pautal de Angola.

Está quasi concluída a montagem da rede telefónica no Lobito, sendo todos os postos em cimento armado.

Por telegrama recebido de Loanda, sabe-se que prosseguem com muita actividade os trabalhos relativos à captação, depuração e distribuição de água à cidade e montagem da central geradora de energia eléctrica.

Segundo comunicação telegráfica recebida de Angola, foi adjudicado em concurso à firma Robert Preudon & Sons Limitada o fornecimento de 50 toneladas inglesas de arsénico, na importância de 154.000\$940, destinado ao extermínio dos gafanhotos que infestam vários pontos daquela colónia com grave prejuízo da agricultura.

Aos serviços telégrafo-postais de Angola foram dadas instruções no sentido de que os telegramas originários ou destinados à colónia só paguem a taxa terminal e a de percurso rádio-telegráfico nas condições acima mencionadas.

Foram autorizadas algumas Câmaras Municipais de Angola a contrair empréstimo com o Banco de Angola, destinados aos melhoramentos de que carecem as respectivas cidades e especialmente no que diz respeito à canalização de águas e à instalação de luz eléctrica.

Têm dado entrada nas estações competente muitos requerimentos pedindo o registo dos jazigos de petróleo em Inhambane.

Vão ser reorganizados alguns serviços de saúde em Angola, bem como o respectivo orçamento, dando-se maior incremento à assistência aos indígenas e criando-se vários postos sanitários na colónia.

O Governador propõe, que as vagas de segundos oficiais existente na Direcção dos Caminhos de Ferro da Colónia sejam preenchidas por adidos.

Segundo comunicação recebida de Angola, a missão chefiada pelo engenheiro sr. Francisco de Freitas, encarregada de proceder aos estudos hidráulicos, para a irrigação de Vale do Cavaco, cujos terrenos são considerados fertilíssimos têm quasi concluídos os seus trabalhos, devendo ainda este mês apresentar o seu relatório.

Em Angola, que já produz em grande abundância milho, trigo, cêra, e oleaginosas vão ser exploradas novas culturas, tendo sido já remetidas da metrópole seleccionadas, estando a desenvolver-se em vários pontos a cultura do tabaco e do algodão e a ensaiar-se a cultura do Cannabimus, planta mais rendosa que o sical.

O governo geral reduziu para cinco angolares, por tonelada, o "imposto sobre transporte" a aplicar ao carvão que passe em trânsito para o Congo Belga, pelo pórtio do Lobito. Esta resolução deve beneficiar o caminho de ferro de Benguela, cujo tráfego pode aumentar, ao mesmo tempo aproveitando o material destinado ao transporte do cobre das minas de Katanga, que no sentido ascendente por vezes seguia vazio.

Foi aberto um crédito de 300 contos para custear as despesas com a reparação do material circulante do caminho de ferro de Luanda a Malange.

Comemorando o aniversário do movimento de "28 de Maio" foi inaugurado um monumento na cidade de Benguela, no largo Vasco da Gama, também conhecido pelo "largo da Peça". A inauguração do monumento, construído em granito e cimento, tendo a encimá-lo uma peça montado dos tempos da conquista e ocupação, foi presidida pelo Governador da Província e autoridades locais.

Tem uma inscrição—"Campanha do Dombe, defesa de Benguela, 1846" e foi custeada a sua construção por subscrição pública promovida pelo jornal local "O Intransigente", sendo o projecto do monumento de autoria do director do jornal "O Lobito".

Por telegrama recebido do governador de Angola sabe-se que foram apuradas as contas de exercício referentes ao ano económico de 1953-1954: receitas cobradas ordinárias, angolares 146.915.000,00; extraordinárias, angolares 7.180.000,00. Total 154.095.000,00 angolares, sendo a despesa paga ordinária 155.492.000,00 e a extraordinária 11.099.000,00. Total 146.591.000,00. Saldo positivo, 7.505.000,00 angolares.

O governo geral de Angola determinou que as Câmaras e Comissões municipais da colónia inscreverem anualmente nos seus orçamentos a importância que, por ração, lhe foi atribuída, para assegurar o funcionamento do Tribunal de Árbitros Avindores, recentemente restabelecido.

Foi organizada em Loanda uma Associação de Proprietários, cujos corpos gerentes foram eleitos o mês passado.

Moçambique

O governador geral de Moçambique solicitou, com urgência, a remessa de selos com as sobretaxas avião, de 10 centavos, 40.000; de 20 centavos 20.000; de 30, 40, 50 e de 1, 2 e 3 escudos, 40.000 cada; de 4, 5, 8 e de 10 escudos, 10.000 cada; de 6 escudos, 20.000; de 7 escudos, 6.000 e de 9, 8.000. Estas quantidades são as calculadas para dois anos e o governador de Macau requisitou também que lhe fôsem remetidos selos postais de 1, 2, 3, 4 e 5 avos, 300.000 cada; de 10, 20, 30, 50, 70 e uma pataca, 300.000 cada.

❖ O governo da colónia de Moçambique publicou a seguinte nota oficiosa :

Pelo Governo da colónia de Moçambique, já foi remetida para Lisboa, juntamente com os respectivos juros, a importância de 2.500 contos, para pagamento da última prestação para amortização total do empréstimo de 10.000 contos, contraído em Junho de 1933, destinado ao Fundo de Maneio.

❖ O ano lectivo do liceu de "5 de Outubro,, de Lourenço Marques, fechou em Maio com 480 alunos, por 29 terem sido abatidos por falta de aproveitamento, pagamento de propinas e faltas às aulas. O liceu reabre este mês com 154 alunos na 1.ª classe, 153 na 2.ª, 64 na 3.ª, 48 na 4.ª, 19 na 5.ª, 17 na 6.ª e 20 na 7.ª

❖ Segundo telegrama recebido de Moçambique, a conta do exercício de 1933-1934, acusa um saldo positivo de 3.285.490\$10.

❖ As receitas aduaneiras do pôrto da Beira durante o mês de Abril foram de libras 27.255, em comparação com libras 20.683 do mês correspondente do ano anterior.

❖ Foi mandado ouvir o Conselho Superior das Colónias, acerca do pedido de concessão do exclusivo por 10 anos em toda a colónia de Moçambique do fabrico de tecidos de seda animal e vegetal.

❖ As receitas provenientes dos impostos indirectos e outros, arrecadadas durante o ano civil de 1934, foram de Esc. 59.306.093\$00 e de £ 100.545-9-0, nos territórios sob a directa administração do Estado. Em relação ao ano anterior, cuja cobrança foi de 58.815.686\$00 e £ 97.261-9-0, verifica-se um aumento de 490.407\$00 e de £ 3.284-0-0. Feita a conversão destas ao câmbio de 111\$89, o aumento fica representado por 857.854\$00.

As receitas gerais cobradas na Colónia, parte administrativa pelo Estado, nos últimos cinco anos, foram : em 1930, 86.055.998\$00 e 485 libras; em 1931, 79.204.476\$00 e 1.160 libras; em 1932, 68.337.332\$00 e 60.857 libras; em 1933, 58.815.686\$00 e 97.261 libras; em 1934, 59.306.093\$00 e 100.545 libras,.

Estes numeros, bastante elucidativos, mostram bem a quebra sucessiva que as receitas dos impostos indirectos têm sofrido nos últimos cinco anos, devendo notar-se porém, o facto de, em 1934, se registar já uma ligeira melhoria em referência a 1933.

O maior volume de receitas em 1934 foi cobrado no distrito de Lourenço Marques : 43.282 contos e 79.668 libras. Os outros distritos reunidos cobraram 16.024 contos e 20.877 libras.

❖ A Câmara Municipal de Joanesburgo resolveu adquirir madeira de Moçambique para travessas dos carris de carros eléctricos, em número de 9.000, tendo mandado a Lourenço Marques o engenheiro-municipal sr. E. J. Hamlin, para verificar as travessas antes da sua aceitação pelo Município. É esta a primeira vez que a Câmara Municipal de Joanesburgo adquire travessas na colónia de Moçambique.

❖ Foi resolvido superiormente que não seguisse por enquanto para a colónia de Moçambique a missão médica que ali ia proceder a estudos sob a direcção do director da Escola de Medicina Tropical, sr. Aires Kopke.

❖ Em Moçambique está sendo feita por uma comissão composta de delegados de todas as associações económicas e por entidades oficiais um profundo estudo sobre a situação económica da colónia, causas da crise que presentemente atravessa a melhor forma de jugular a crise, ou amenisar os seus efeitos.

❖ Vai regulamentada a exportação de sementes de girasol nos territórios da Companhia de Moçambique.

❖ O "Llandaff Castle,, carregou no pôrto de Lourenço Marques, na última semana do mês passado, 8.000

caixas de citrinas recebidas da União e 4.000 caixas originárias dos pomares do distritos de Lourenço Marques.

Foi iniciada a exportação para a Suécia e para a Polónia.

❖ Saiu no dia 22 do mês passado, segundo informa o "Lourenço Marques Guardian,, de Nova York para os portos de Moçambique o navio "Robin Adair,, da Robin Line que inaugura a primeira das carreiras mensais desta Companhia, entre a América do Norte e a África do Sul.

❖ "L'Avenir Belge,, de Antuérpia, publicou na íntegra em alguns dos seus números a conferência realizada em Bruxelas em Maio passado pelo sr. engenheiro André-Erie Gérard, acerca da influência que a ponte sobre o rio Zambeze pode exercer no desenvolvimento da África Oriental Portuguesa. Os capitais belgas estão largamente representados em várias empresas da Zambézia, principalmente nas que exploram a indústria do algodão e os jazigos carboníferos de Tete, o que explica o interesse despertado nos meios coloniais belgas pela conferência do sr. André-Erie Gérard.

❖ Em virtude do ano escolar na Metrópole principiar em Outubro, foi pedido ao governador de Moçambique para providenciar de forma a que os exames do 7.º ano do Liceu se realizem na segunda quinzena de Agosto, para que os alunos que obtenham aprovação tenham tempo de requerer a sua matrícula nas escolas superiores.

Índia

O Governador Geral da Índia pediu a nomeação de três professores auxiliares para a Escola Médica de Nova Goa.

Este alto funcionário comunicou ter publicado no Boletim Oficial o orçamento aprovado para o futuro ano económico.

❖ Foi fixada em 70 contos anuais, a dotação para despesas de material e expediente do Consulado Geral de Portugal, em Bombaim.

❖ Foi determinado que o funcionalismo do quadro administrativo de Timor seja formado por pessoal civil. Os militares só poderão ser nomeados quando satisfaçam a todas as condições exigidas pela reforma administrativa optando por último pelo lugar civil. Idêntica determinação é extensiva às outras colónias.

❖ O governador geral da Índia pediu providências no sentido de serem enviados de Angola para ali os fundos necessários para pagamento dos funcionários aposentados residentes na Índia, que se encontram em atrazo.

Macau

Está em projecto reunir-se num só corpo toda a policia da colónia de Macau, passando um dos oficiais dessa policia a ser o comandante do destacamento das ilhas do Coloane e Taipa, e exercendo cumulativamente as funções de administrador de Concelho das mesmas ilhas.

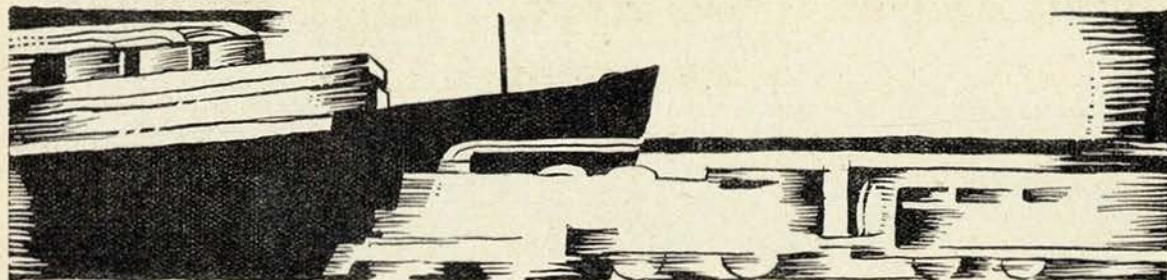
Timor

O governador de Timor vai enviar uma proposta regulando o pagamento das ajudas de custo aos funcionários daquela colónia.

❖ O governador de Timor por motivo de saúde, vai residir algum tempo na circunscrição de Aileu.

❖ Vão ser reorganizados os serviços militares de Timor.

❖ O governador de Timor submeteu à apreciação do Governo Central o projecto de diploma de reorganização dos serviços de administração civil da colónia.



ESTATÍSTICA

Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1931	1932	1933	1934		1935				
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Maio	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio
LISBOA (cidade)	100	1.302	1.636	1.304	1.303	1.325	1.292	1.293	1.526	1.323	1.261

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929	1935
		15 de Janeiro	15 de Maio
Cacau fino.....	15 quilogr.	77\$00	40\$00
Cacau paiol.....	»	62\$00	30\$00
Cacau escolha.....	»	36\$00	25\$00
Café de S. Tomé, fino.....	»	(b) 210\$00	(e) —
Café de Novo Redondo.....	»	124\$00	50\$00
Café de Ambtriz.....	»	123\$00	56\$00
Café de Encoje.....	»	116\$00	50\$00
Café do Cazengo (de 2. ^a).....	»	120\$00	40\$00
Coconote.....	»	33\$00	15\$00
Copra.....	»	42\$00	17\$00
Óleo de palma, mole.....	»	45\$00	(d) 30\$00
Rícino.....	»	27\$00	15\$00
Gergelim.....	»	34\$00	18\$00
Algodão.....	Quilog.	10\$00	5\$00
Cera.....	»	16\$00	10\$90
Cola.....	»	6\$00	1\$50
Açúcar, rama.....	»	(e) 1\$70	(e) —
Milho.....	»	\$94	\$60
Coiros.....	»	15\$00	5\$00

(a) As cotações apresentadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas em

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
Importadas das Colónias :						
Arroz.....	459.937	—	1.582.591	—	—	—
Açúcar.....	9.459.012	—	—	16.298.420	—	—
Café.....	1.783.961	15.323	—	282	76.903	31.737
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	233.134	—	35.038	62.928	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	508.589	—	—	1.043.322	—	—
Sementes oleaginosas.....	2.911.038	742.608	7.982.695	352.812	1.966.950	—
Milho.....	—	—	—	—	—	—
Exportadas para as Colónias :						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	3.170	91	349	4.280	237	1.189
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	260.915	8.401	27.433	192.367	17.380	10.945
» » brancos (decalitros).....	63.678	1.752	4.753	131.984	2.304	705
» licorosos (decalitros).....	2.678	353	109	709	—	5.677
Conservas de vegetais..... quilo	56.016	1.831	7.679	77.434	4.690	8.378
Sardinhas em salmoura.....	828	—	—	—	88	—
Conservas de sardinha.....	10.917	634	3.616	63.041	3.222	2.823
Conservas de peixe não especificado.....	1.318	—	—	8.437	—	—
Cortiça em rolhas.....	332	31	—	780	6	—

(a) Rectificado.

Do Boletim da D. G. E.

Acções de Companhias Coloniais

1935		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		30 de Junho		15 de Julho	
						C.	V.	C.	V.
123\$00	83\$00	11-6-1935	1934	L. 5\$00	Agrícola das Neves.....	94\$00	—	90\$00	97\$00
104\$00	80\$00	1-4-1935	1934	L. 4\$00	Agricultura Colonial (Soc.).....	83\$00	86\$00	83\$00	—
530\$00	375\$00	12-3-1935	1934	L. 20\$00	Açúcar de Angola.....	504\$50	505\$00	502\$00	505\$00
55\$00	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 ² / ₅	Boror.....	30\$00	—	—	—
21\$00	11\$00	—	1927	—	Cabinda.....	11\$00	13\$00	13\$00	—
49\$50	33\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. ^a Em. ...	33\$50	34\$50	33\$50	34\$00
46\$00	34\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. ^a Em.	31\$00	—	—	—
20\$00	13\$00	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	15\$00	22\$00	10\$00	—
190\$00	131\$00	22-4-1935	1934	L. 9\$00	Ilha do Príncipe.....	155\$00	160\$00	155\$00	157\$00
12\$00	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$40	10\$50	9\$40	9\$90



Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 30 de Abril de 1935

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede)	853.553	15.135.692	—	—	8.510.676	2.443.794
Banco N. Ultramarino (Sede)	14.787.487	7.809.845	178.010.751	96.677.749	155.157.818	128.376.925

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro-Abril de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1935	1935	1935	1935
	Maio	Janeiro a Maio	Maio	Janeiro a Maio
Reexportação :				
Cacau	519.918	3.323.826	1.315.926\$00	7.806.579\$00
Café	143.510	1.137.752	560.096\$00	3.959.555\$00
Cera	91.559	295.640	856.110\$00	2.701.101\$00
Outras mercadorias	197.741	1.839.023	149.461\$00	2.287.299\$00
Total	952.728	6.596.241	2.881.593\$00	16.754.534\$00
Trânsito internacional :				
Cacau	16.800	33.450	42.000\$00	82.000\$00
Café	—	1.545.284	—	5.633.220\$00
Cera	5.386	39.426	49.500\$00	360.800\$00
Óleos de palma e côco	—	25.331	—	19.360\$00
Outras mercadorias	411.257	2.018.565	603.040\$00	2.721.980\$00
Total	433.443	3.662.056	694.540\$00	8.817.360\$00

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.